

APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO E ATUARIAL DO RPPS DA UNIÃO

Grupo de Trabalho - Portaria Conjunta

SPREV-MF/**STN**-MF/**SOF**-MP/**SEPLAN**-MP/SEGRT-MP(*) n° 01/2017 (*)**SGP**/MP

APRESENTAÇÃO NO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU

BRASÍLIA - DF - 09 DE MARÇO DE 2018

SUMÁRIO

- 1 - Constituição do Grupo de Trabalho: Causas, Objetivos e Metodologia**
- 2 - Subgrupo 1: Harmonização Contábil X Orçamentária**
- 3 - Subgrupo 2: Estudo de Impactos da IPSAS 39**
- 4 - Subgrupo 3: Premissas Atuariais e Econômicas**
- 5 - Subgrupo 4: Premissas Atuariais de Gestão de Pessoal**
- 6 - Providências Adotadas na Avaliação Atuarial 2018**
- 7 - Efeitos no Balanço Geral da União 2017**
- 8 - Considerações Finais**

1 - CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO: CAUSAS, OBJETIVOS E METODOLOGIA

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- 1 - Fórum de Previdência (início de 2016): Identificadas diferenças metodológicas na apuração dos resultados do RPPS entre STN e SOF.
- 2 - Divergência entre a projeção do resultado do RPPS indicada na Mensagem Presidencial do PLOA e as projeções atuariais no Anexo IV.7 do PLDO. (Exemplo: PLOA 2017 - SOF - deficit de R\$ 35,1 bilhões; PLDO 2017 - SPREV - deficit de R\$ 75,5 bilhões; resultado apurado em 2016 - deficit de R\$ 37,6 bilhões).
- 3 - Questionamentos nos debates da Reforma da Previdência (PEC 287/2016) sobre divergências nas projeções de evolução do PIB.
- 4 - Questionamentos do TCU sobre a taxa de juros utilizada para desconto.
- 5 - Necessidade de aperfeiçoamento da base técnica utilizada na avaliação atuarial: metodologia, premissas e hipóteses.

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 13 DE ABRIL DE 2017 (D.O.U. 17/04/2017)

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho com o objetivo de avaliar e aperfeiçoar as metodologias de apuração do resultado financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos Servidores Públicos Civis da União, contemplando:

I - avaliação da aderência das hipóteses e premissas utilizadas na apuração do resultado atuarial do RPPS da União e na elaboração das projeções financeiras e atuariais que acompanham o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO e o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA;

II - harmonização de conceitos e procedimentos relativos ao registro das receitas, despesas e resultados do RPPS da União nos demonstrativos fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP;

III - desenvolvimento de modelos estatísticos destinados a subsidiar simulações e estudos sobre eventos que possam resultar em impactos nas projeções financeiras e atuariais do RPPS da União.

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- Composição: SPREV - 06; STN - 06; SOF - 02; SEPLAN - 02; SGP - 02.
- Membros designados pela Portaria SPREV nº 3, de 03/05/2017.
- Possibilidade de convidar representantes de outros órgãos e especialistas de entidades públicas ou privadas com atuação profissional em áreas afins.
- Prazo de duração de 120 dias, a contar do ato de designação dos membros. Prorrogado por mais 120 dias, pela Portaria SPREV nº 07, de 29/08/2017.
- Trabalhos desenvolvidos nas seguintes etapas: nivelamento dos conhecimentos; divisão dos temas em quatro subgrupos; apresentação e consolidação dos resultados dos subgrupos; elaboração do relatório final.
- Realizadas doze reuniões do grupo entre 05/05 e 21/11.
- Várias reuniões dos subgrupos, troca de informações e elaboração de estudos conjuntos entre os membros, subsidiando as propostas de aperfeiçoamento.
- Relatório final em 08/12, encaminhado para ciência dos Secretários no dia 20/12.

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

a) Secretaria de Previdência

Titulares:

Narlon Gutierre Nogueira - matrícula 1.260.227 (Coordenador)
Alex Albert Rodrigues - matrícula 1.258.253 (Coordenador Substituto)
Claudio Henrique Soares da Cruz - matrícula 0.149.415.

Substitutos:

Benedito Leite Sobrinho - matrícula 0.935.753
Alan dos Santos de Moura - matrícula 1.538.692
Helio Carneiro Fernandes - matrícula 2.151.952

b) Secretaria do Tesouro Nacional

Titulares:

Leonardo Silveira do Nascimento - matrícula 3.369.140
Felipe Palmeira Bardella - matrícula 1.516.060
Cristiano Beneduzi - matrícula 1.659.677

Substitutos:

Claudia Magalhães Dias Rabelo de Sousa - matrícula 0.157.876
Heriberto Henrique Vilela Nascimento - matrícula 1.564.209
Alex Pereira Benício - matrícula 1.282.419

c) Secretaria de Orçamento Federal

Titular:

Luiz Guilherme Pinto Henriques - matrícula 1.226.025
Suplente:
Jangmar Barreto de Almeida - matrícula 0.129.854

d) Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos

Titular:

Wilsimara Maciel Rocha - matrícula 1.360.217
Suplente:
Evandro Macedo - matrícula 1.454.588

e) Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho

Titular:

Miriam Lúcia Bittencourt Guimarães - matrícula 1.551.903
Suplente:
Luis Guilherme de Souza Peçanha - matrícula 1.366.861

Convidados:

SPREV/SRGPS: Alexandre Zioli Fernandes e Otávio Sidone
IPEA: Claudio Hamilton Matos dos Santos e Bernardo Patta Schettini

2 - SUBGRUPO 1: HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL X ORÇAMENTÁRIA

SOF - COMPARATIVO DAS CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - 2015 A 2018

GT RPPS

Comparativo de classificação de ações de inativos

Ação	2015		2016		2017		2018	
	Função	Subfunção	Função	Subfunção	Função	Subfunção	Função	Subfunção
0054 - Inativos e Pensionistas do Estado do Mato Grosso (Art. 27 da Lei Complementar nº 31 de 1977)	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais
0055 - Inativos e Pensionistas da Extinta via Férrea do Rio Grande do Sul - VIFER (Lei nº 3.887 de 1969)	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais
009K - Complementação de Aposentadorias e Pensões da Extinta RFFSA	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais
00QD - Pensões Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara	não definida	não definida	não definida	não definida	não definida	não definida	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário
00QG - Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais	não definida	não definida	não definida	não definida	não definida	não definida	28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais
0179 - Pensões Militares das Forças Armadas	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário
0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário
0397 - Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial
0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais
0739 - Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais
0C01 - Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	09 - Previdência Social	274 - Previdência Especial	28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais
214H - Inativos Militares das Forças Armadas	não definida	não definida	05 - Defesa Nacional	122 - Administração Geral	05 - Defesa Nacional	122 - Administração Geral	05 - Defesa Nacional	122 - Administração Geral

STN - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES - 2016

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ milhares
			Até o Mês/ 2016	Até o Mês 2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.165.516	16.165.516	15.372.299	14.578.357	
RECEITAS CORRENTES	16.165.516	16.165.516	15.372.299	14.578.357	
Receita de Contribuições dos Segurados	16.161.788	16.161.788	15.370.797	14.574.374	
Pessoal Civil	13.467.621	13.467.621	12.441.283	11.924.591	
Ativo - Receita vinculada	10.108.186	10.108.186	9.258.937	8.901.021	
Ativo - Receita desvinculada	0	0	10.306	0	
Inativos e Pensionistas	3.359.436	3.359.436	3.166.031	3.023.570	
Inativos e Pensionistas desvinculados	0	0	6.009	0	
Pessoal Militar	2.694.166	2.694.166	2.929.514	2.649.783	
Receita vinculada	1.885.916	1.885.916	2.050.661	2.119.826	
Receita desvinculada	808.250	808.250	878.853	529.957	
Outras Receitas de Contribuições	3.729	3.729	1.502	3.983	
Receita vinculada	3.729	3.729	1.502	3.495	
Receita desvinculada	0	0	0	488	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DE CAPITAL (II)	0	0	0	0	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	16.165.516	16.165.516	15.372.299	14.578.357	

CIVIS E MILITARES NO MESMO DEMONSTRATIVO

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2015	Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2015	Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) *	104.924.904	111.105.787	110.777.271	104.660.106	110.719.804	104.438.370	57.467	221.736
Pessoal Civil	104.924.904	111.105.787	110.777.271	104.660.106	110.719.804	104.438.370	57.467	221.736
A detalhar	65.641.178	69.838.180	69.581.349	65.603.422	69.525.078	65.431.206	56.271	172.215
Aposentadorias	-4.053.629	143.374	0	0	0	0	0	0
Pensões	48.003.331	48.003.331	47.958.515	45.616.090	47.940.604	45.548.815	17.911	67.275
Outros Benefícios Previdenciários	20.400.179	20.400.179	20.339.440	19.280.836	20.335.622	19.227.067	3.818	53.769
Pessoal Militar	1.291.296	1.291.296	1.283.394	706.496	1.248.852	655.325	34.542	51.171
A detalhar	35.241.801	37.037.173	36.998.811	35.156.564	36.998.811	35.156.564	0	0
Reformas	-1.784.277	11.096	0	0	0	0	0	0
Pensões	19.647.274	19.647.274	19.626.968	18.561.723	19.626.968	18.561.723	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	17.260.597	17.260.597	17.253.701	16.469.403	17.253.701	16.469.403	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	118.207	118.207	118.142	125.438	118.142	125.438	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	4.041.925	4.230.434	4.197.111	3.900.120	4.195.915	3.850.600	1.196	49.521
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	198	198	198	2.902	198	2.902	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	104.925.102	111.105.985	110.777.469	104.663.008	110.720.002	104.441.272	57.467	221.736

VALOR EXPRESSIVO EM "OUTRAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS", SEM ESPECIFICAÇÃO

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) -68.125.000 -74.305.884 - -77.151.552 -72.514.592 - -

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	20.634.585	20.634.585	17.559.727	17.570.059
Receita de Contribuições - Patronal	20.634.585	20.634.585	17.559.727	17.559.727
Pessoal Civil	20.634.585	20.634.585	17.559.727	17.559.727
Ativo	0	0	10.332	9.691
Outras Receitas de Contribuições	0	0	641	0
Receita vinculada	0	0	0	0
Receita desvinculada (DRU)	0	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	20.634.585	20.634.585	17.559.727	17.570.059

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2015	Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2015	Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2015
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)	198	198	198	2.902	198	2.902	0	0

STN - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES - 2017

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A SETEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2016
RECEITAS CORRENTES (I)	35.721.445	35.721.445		20.635.345
Receita de Contribuições	35.721.445	35.721.445		20.635.345
Segurados	14.392.710	14.392.710		8.262.758
Ativo - Receita vinculada	10.845.273	10.845.273		6.237.720
Ativo - Receita desvinculada (DRU)	0	0		2.044
Inativos e Pensionistas - Receita vinculada	3.547.437	3.547.437		2.021.799
Inativos e Pensionistas - Receita desvinculada (DRU)	0	0		1.194
Patronal	21.328.735	21.328.735		12.372.587
Ativo - Receita vinculada	21.061.156	21.061.156		12.174.437
Ativo - Receita desvinculada (DRU)	0	0	36.664	0
Inativos e Pensionistas - Receita vinculada	267.579	267.579	0	198.150
Inativos e Pensionistas - Receita desvinculada (DRU)	0	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (II)				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II) (incluindo Receitas Desvinculadas)	35.721.445	35.721.445	23.302.564	20.635.345
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV) = (I + II) (excluindo Receitas Desvinculadas)	35.721.445	35.721.445	23.265.900	20.635.345

DUAS LINHAS DE TOTALIZAÇÃO DE RECEITAS, COM E SEM DRU

APENAS CIVIS

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2016
ADMINISTRAÇÃO (V)								
PREVIDÊNCIA (VI)	74.723.050	80.578.361	71.018.300	62.762.982	59.843.186	52.714.211		
Benefícios	72.981.356	78.669.341	69.436.083	59.326.221	58.469.199	52.714.211		
A detalhar	1.062.654	6.750.638	0	0	0	0		
Aposentadorias	50.291.317	50.291.317	48.519.107	41.066.916	40.784.211	40.784.211		
Pensões	20.380.058	20.380.058	19.699.037	17.544.050	16.752.000	16.752.000		
Outros Benefícios Previdenciários	1.247.327	1.247.327	1.217.939	715.256	932.400	932.400		
Outras Despesas Previdenciárias	1.741.694	1.909.020	1.582.218	3.436.760	1.373.987	1.373.987		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias	1.741.694	1.909.020	1.582.218	3.436.760	1.373.987	1.373.987		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CIVIS (VII) = (V + VI)	74.723.050	80.578.361	71.018.300	62.762.982	59.843.186	52.714.211		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CIVIS (VIII) = (III - VII)	-39.001.605	-44.856.916	-47.715.736	-42.127.637	-36.540.622	-32.078.866		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CIVIS (IX) = (IV - VII)	-39.001.605	-44.856.916	-47.752.400	-42.127.637	-36.577.286	-32.078.866		

AINDA VALOR EXPRESSIVO EM "OUTRAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS", SEM ESPECIFICAÇÃO

STN - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DOS MILITARES - 2017

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ASSOCIADAS AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS E SEUS DEPENDENTES								
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS COM PENSÕES MILITARES *	PREVISÃO		PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS			
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2016
RECEITAS CORRENTES								
Receita de Contribuições					2.442.532		2.088.172	
Segurados					2.442.532		2.088.172	
Receita vinculada					1.709.774		2.034.222	
Receita desvinculada (DRU)					732.758		53.950	
TOTAL DAS RECEITAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES (incluindo Receitas Desvinculadas) (X)			2.212.291	2.212.291	2.442.532		2.088.172	
TOTAL DAS RECEITAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES (excluindo Receitas Desvinculadas) (XI)			2.212.291	2.212.291	1.709.774		2.034.222	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS COM PENSÕES MILITARES	DOTAÇÃO		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2016
Benefícios	18.492.364	19.002.784	18.120.055	15.949.748	13.972.369	12.495.491	-	-
A detalhar	-480.735	29.686	0	0	0	0	-	-
Pensões	18.850.088	18.850.088	18.031.452	15.857.697	13.890.411	12.413.227	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	123.011	123.011	88.603	92.051	81.959	82.264	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS COM PENSÕES MILITARES (XII)	18.492.364	19.002.784	18.120.055	15.949.748	13.972.369	12.495.491	-	-
RESULTADO PENSÕES MILITARES (incluindo Receitas Desvinculadas) (XIII) = (X - XII)	-15.331.948	-15.842.369	-15.677.523	-13.861.577	-11.529.837	-10.407.319		
RESULTADO PENSÕES MILITARES (excluindo Receitas Desvinculadas) (XIV) = (XI - XII)	-16.280.073	-16.790.493	-16.410.281	-13.915.526	-12.262.595	-10.461.269		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS COM REFORMADOS E INATIVOS MILITARES *	DOTAÇÃO		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2016	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2016
Benefícios	21.742.482	21.742.482	20.202.518	17.434.486	15.937.617	14.130.400	-	-
Reformados e Inativos	21.742.482	21.742.482	20.202.518	17.434.486	15.937.617	14.130.400	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS COM REFORMADOS E INATIVOS MILITARES (XV)	21.742.482	21.742.482	20.202.518	17.434.486	15.937.617	14.130.400	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO TOTAL - MILITARES (incluindo Receitas Desvinculadas) (XVI) = (XIII - XV)	-37.074.431	-37.584.851	-35.880.041	-31.296.063	-27.467.455	-24.537.719		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO TOTAL - MILITARES (excluindo Receitas Desvinculadas) (X) = (XIV - XV)	-38.022.555	-38.532.976	-36.612.799	-31.350.012	-28.200.213	-24.591.669		

Fonte: SIAFI/STN/CCONT/GEINF

* A metodologia de apuração deste demonstrativo contempla os entendimentos e determinações contidos no Acórdão nº 2059/2012 - TCU - Plenário. Por este motivo, foram efetuadas algumas adaptações ao modelo do demonstrativo estabelecido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, tais como a inclusão de linhas para evidenciar a incidência de Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre as receitas. Além disso, estão incluídos neste demonstrativo os valores gastos na Ação 214H - Inativos Militares das Forças Armadas, classificada na Esfera Orçamentária Fiscal, mas que apresentou pagamentos a Inativos das Forças Armadas. Os valores foram identificados como despesas de inativos militares não só pela ação, mas também por outros detalhamentos orçamentários.

STN - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES - 2018

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2018

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS ¹	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
Receita de Contribuições	40.684.053	40.684.053	2.427.926	2.448.382
Segurados	15.783.971	15.783.971	1.014.766	1.014.766
Ativos	11.979.267	11.979.267	755	755
Inativos	3.092.023	3.092.023	206	206
Pensionistas	712.681	712.681	53	53
Patronal	24.900.082	24.900.082	1.413.177	1.413.177
Ativos	24.900.082	24.900.082	1.413.177	1.413.177
Inativos e Pensionistas	0	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (I)	40.684.053	40.684.053	2.427.926	2.448.382

LINHA DE TOTALIZAÇÃO DE RECEITAS ÚNICA. NOTA SOBRE DRU AO FINAL.

APENAS CIVIS

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESA LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017	Até o Mês/2018	Até o Mês/2017	Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
			Benefícios	76.950.339	76.950.339	42.232.183	38.556.335	6.291.479
A detalhar	76.950.339	76.950.339	42.232.183	38.556.335	6.291.479	6.131.818	-	-
Aposentadorias	30.728.728	30.728.728	30.728.728	28.170.502	4.536.728	4.311.086	-	-
Pensões	11.109.094	11.109.094	11.109.094	9.920.232	1.701.063	1.753.491	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	394.360	394.360	394.360	465.601	53.687	67.241	-	-
Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas	5.188	5.188	5.188	1.817	146	14	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	389.172	389.172	389.172	463.784	53.542	67.227	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CIVIS (II)	76.950.339	76.950.339	42.232.183	38.556.335	6.291.479	6.131.818	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CIVIS (III) = (I - II)	-36.266	-36.266	-39.804.257	-36.107.952	-3.863.553	-3.683.436	-	-

FCDF E "ENCARGOS ESPECIAIS" RETIRADOS. MANTIDOS EM "OUTRAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS" APENAS O IPC E "DEMAIS DESPESAS" REMANESCENTES.

STN - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DOS MILITARES - 2018

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ASSOCIADAS AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS E SEUS DEPENDENTES									
R\$ milhares									
RECEITAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES ¹	RECEITAS REALIZADAS								
	Até o Mês/2018				Até o Mês/2017				
Receitas de Contribuições Associadas às Pensões	148.561				134.842				
Segurados	148.561				134.842				
TOTAL DAS RECEITAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES (IV)	148.561				134.842				
DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESA LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017	Até o Mês/2018	Até o Mês/2017	Até o Mês/2018	Até o Mês/2017	
Benefícios	20.225.637	20.225.637	16.927.406	15.838.122	1.568.060	1.465.368	-	-	
A detalhar	0	0	0	0	0	0	-	-	
Pensões	20.143.094	20.143.094	16.919.165	15.832.369	1.566.294	1.459.647	-	-	
Outras Despesas Previdenciárias	82.543	82.543	8.240	5.752	1.766	5.721	-	-	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS COM PENSÕES MILITARES (V)	20.225.637	20.225.637	16.927.406	15.838.122	1.568.060	1.465.368	-	-	
RESULTADO PENSÕES MILITARES (VI) = (IV - V)	-18.071.978	-18.071.978	-16.778.844	-15.703.280	-1.419.498	-1.330.526	-	-	
RECEITAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS			PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS		
Receitas			0		0		Até o Mês/2018		Até o Mês/2017
							0		0
DESPESAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESA LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017	Até o Mês/2018	Até o Mês/2017	Até o Mês/2018	Até o Mês/2017	
Inativos	22.820.283	22.820.283	17.493.701	16.149.374	1.818.748	1.668.028	-	-	
Outras Despesas Previdenciárias	22.820.283	22.820.283	17.493.701	16.149.374	1.818.748	1.668.028	-	-	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS COM REFORMADOS E INATIVOS MILITARES (VII)	22.820.283	22.820.283	17.493.701	16.149.374	1.818.748	1.668.028	-	-	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO TOTAL - MILITARES (VIII) = (VI + VII)	-40.892.261	-40.892.261	-34.272.545	-31.852.654	-3.238.247	-2.998.555	-	-	

DEMONSTRATIVO
ESPECÍFICO PARA
PENSÕES E INATIVOS
MILITARES

STN - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF - 2018

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DEMONSTRATIVO
ESPECÍFICO PARA
FCDF

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF ¹	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		
	Receita de Contribuições Segurados Ativos Inativos Pensionistas Patronal Ativos Inativos e Pensionistas TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF (IX)	495.963 316.592 109.830 38.799 167.963 179.371 179.371 0 495.963	495.963 316.592 109.830 38.799 167.963 179.371 179.371 0 495.963	21.118 21.118 4.736 2.914 14.169 9.494 9.494 0 31.313

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESA LIQUIDADAS		INSCRITA SEM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017
			Benefícios A detalhar Aposentadorias Pensões Outras Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CIVIS (X)	2.812.996 2.391.727 213.528 45.584 162.158 2.812.996	2.812.996 2.391.727 213.528 45.584 162.158 2.812.996	418.892 0 213.528 43.206 162.158 418.892	488.419 0 326.640 60.149 101.630 488.419	376.072 0 171.127 42.936 162.010 376.072
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CIVIS (XI) = (IX - X)	-2.317.033	-2.317.033	-387.579	-467.301	-344.759	-383.770	-	-

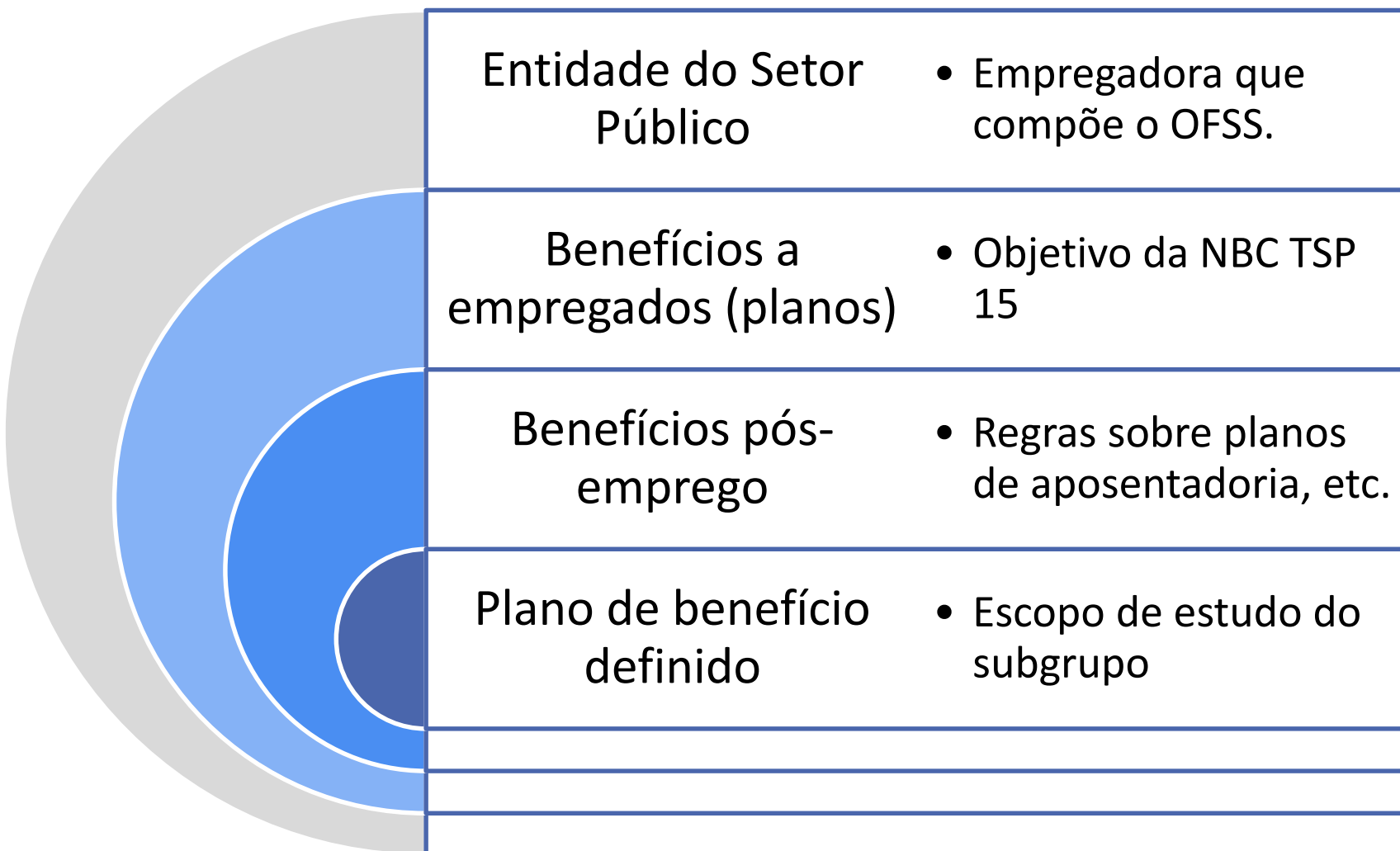
NOTA RECEITAS
DESVINCULADAS
(DRU)

Notas:

¹Os valores das receitas são líquidos de desvinculações (DRU). Desse modo, os resultados dos regimes já estão excluindo as receitas desvinculadas, em atendimento ao Acórdão nº 2.059/2012, aprovado pelo Plenário do TCU. Nesse sentido, os valores desvinculados até o mês somaram R\$ 77.089 mil.

3 - SUBGRUPO 2: ESTUDO DE IMPACTOS DA IPSAS 39

Alcance da NBC TSP 15 (minuta) - Benefícios a Pessoal - IPSAS 39



Os planos de benefícios oferecidos pelo RPPS, estão caracterizados por “benefício definido”.

A norma trata a contabilização e a divulgação dos benefícios pela:

Entidade Empregadora.

Componentes do Custo do Benefício Definido

Resultado do Período

- Custo do serviço
 - Custo do serviço corrente
 - Custo do Serviço Passado
 - Ganho ou perda na liquidação
- Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido
 - Receita de juros sobre ativos do plano
 - Custo de juros sobre a obrigação de benefício definido
 - Juros sobre o efeito do teto de ativo

Ajuste do PL

- Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido
 - Ganhos e perdas atuariais
 - Retorno sobre os Ativos do Plano
 - Mudança “no efeito” do teto de ativo

Composição da Avaliação Atuarial

Método da Avaliação Atuarial

- Crédito Unitário Projetado - PUC
- Portaria MPS 403 de 2008

Premissas

- Não enviesadas e mutuamente compatíveis
- Premissas demográficas
- Premissas financeiras

Atribuição de benefício a períodos de serviço

- Custo do serviço corrente
- Custo do serviço passado e ganhos e perdas na liquidação

4 - SUBGRUPO 3: PREMISSAS ATUARIAIS E ECONÔMICAS

Principais Parâmetros

PIB e Inflação

Taxa de Desconto Atuarial

PIB e Inflação

Para o horizonte previsto na LDO (3 anos subsequentes): utilização da Grade de Parâmetros da SPE

(Com vistas a manter a consistência orçamentária)

		Ano 0 Corrente	Ano 1	Ano 2	Ano 3	
PLDO 2018 (Grade de 13/03/2017)	PIB	Focus	0,48%	2,40%	2,50%	2,50%
		Grade de Parâmetros	0,50%	2,49%	2,49%	2,58%
	Inflação	Focus	4,19%	4,50%	4,50%	4,50%
		Grade de Parâmetros	4,30%	4,50%	4,50%	4,50%

Período subsequente à LDO: Simetria entre com parâmetros gerados pelo Modelo do RGPS

(estima crescimento do PIB de acordo, principalmente, com as mudanças demográficas e o aumento de produtividade, no longo prazo.)

Variação Real do PIB - Modelo do RGPS - Anexo IV.6 da PLDO 2018	Ano	2017*	2018*	2019*	2020*	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
	PIB	0,50%	2,49%	2,49%	2,58%	2,87%	2,81%	2,76%	2,70%	2,63%	2,56%	2,49%
	Ano	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038
	PIB	2,42%	2,34%	2,27%	2,20%	2,13%	2,06%	1,98%	1,91%	1,83%	1,76%	1,69%
	Ano	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049
	PIB	1,62%	1,55%	1,48%	1,42%	1,36%	1,30%	1,25%	1,20%	1,15%	1,10%	1,07%
	Ano	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060 a 2091**
	PIB	1,03%	1,00%	0,95%	0,92%	0,89%	0,86%	0,84%	0,81%	0,79%	0,77%	0,74%

PIB e Inflação

Atualização Monetária

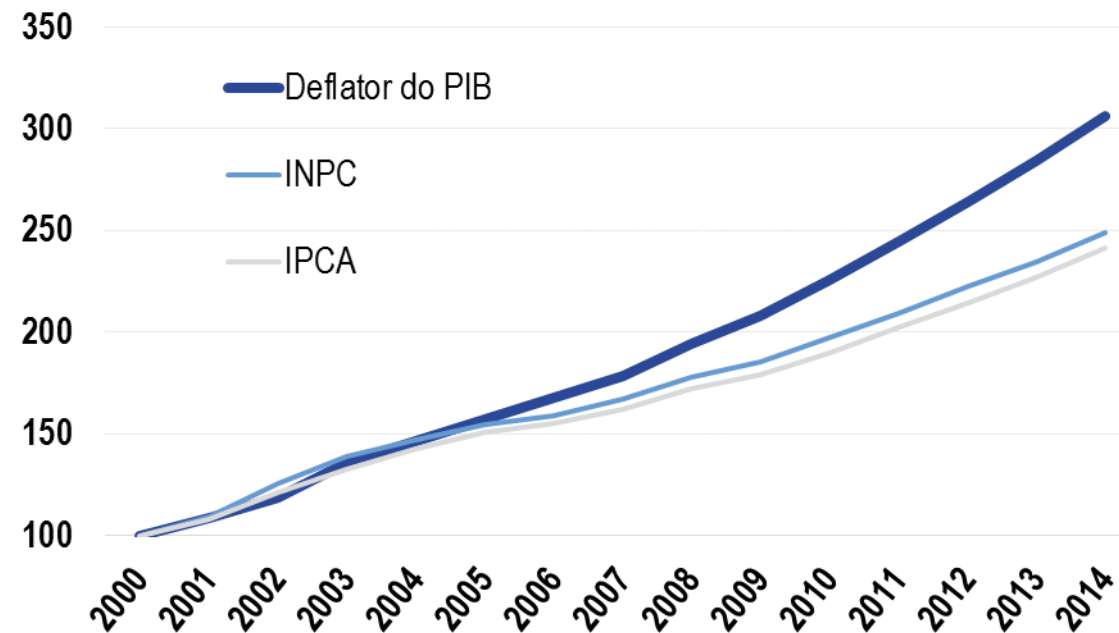
Deflator Implícito do PIB, IPCA e INPC

Há diferenças conjunturais entre o Deflator do PIB e os índices de inflação IPCA/INPC, para o curto prazo,

Portanto, para o horizonte previsto na LDO, adota-se informação presente na grade de parâmetros, com, possivelmente, variação anual diferente entre deflator do PIB e IPCA/INPC.

Para o longo prazo, como não temos elementos estruturais que apontem uma diferenciação, sugerimos a adoção da **Meta de Inflação** para Deflator de PIB, IPCA e INPC.

Deflator Implícito do PIB, IPCA e INPC - Número Índice 100 em 2000



Fonte: IPEADATA.

PIB e Inflação

Proposta

i) Grade de Parâmetros da SPE para os próximos 3 exercícios

ii) Para os exercícios subsequentes

PIB: Modelo do RGPS

Inflação: Meta de Inflação (para o IPCA, INPC e Deflator do PIB)

Taxa de Desconto Atuarial

Utilização dos Títulos Públicos como referência para a taxa de desconto

Normas Internacionais

Norma Internacional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, IPSAS 39 - Employee Benefits.

Taxa de desconto das obrigações de benefícios pós-emprego (capitalizados e não capitalizados) deve refletir o valor do dinheiro no tempo.

Mercado de títulos do tesouro ou títulos privados de alta qualidade.

Na ausência de títulos com prazos de vencimento suficientemente longos para equilibrar a maturidade - taxas correntes para descontar os pagamentos com prazos mais curtos, e estimar a taxa de desconto para vencimentos mais longos, extrapolando as taxas de mercado correntes ao longo da curva de juros.

Taxa de Desconto Atuarial



Estados Unidos

Utilização dos Títulos Públicos como referência para a taxa de desconto

GASB (Governmental Accounting Standards Board) - órgão que emite normas para o setor público.

Normativo para a contabilização da previdência, em todos os níveis do governo (inclusive Estados e Municípios) - GASB. 67 (Financial Reporting for Pension Plans) e GASB 68 (Accounting and Financial Reporting for Pensions).

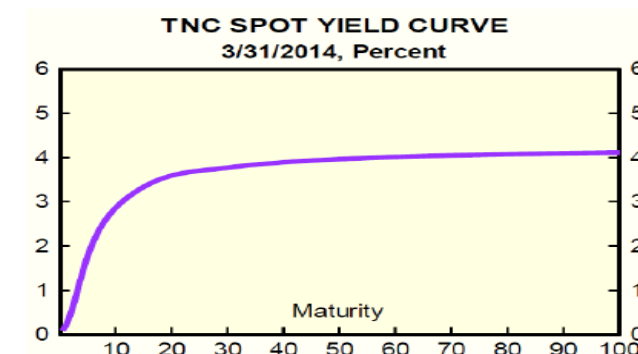
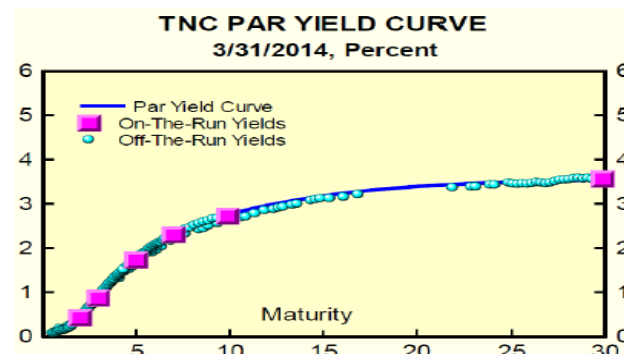
Duas possibilidades:

- Taxa de retorno esperada de longo prazo para os investimentos - se ativos forem suficientes para pagar os benefícios projetados e os recursos disponíveis forem aplicados com essa estratégia.
- Taxa de juros dos títulos públicos, se as duas condições não forem atendidas.

Servidores públicos federais

Média histórica da taxa de juros de títulos do Tesouro de maturidade consistente com os fluxos de pagamentos, em vez de dar peso indevido às taxas correntes ou às taxas de um passado muito recente. (mínimo de cinco anos).

2014, o Tesouro desenvolveu um novo modelo e metodologia para determinar estas taxas (TNC yield curve), com metodologia que extrapola as taxas até os 100 anos de maturidade.



Taxa de Desconto Atuarial



Utilização dos Títulos Públicos como referência para a taxa de desconto

União Europeia

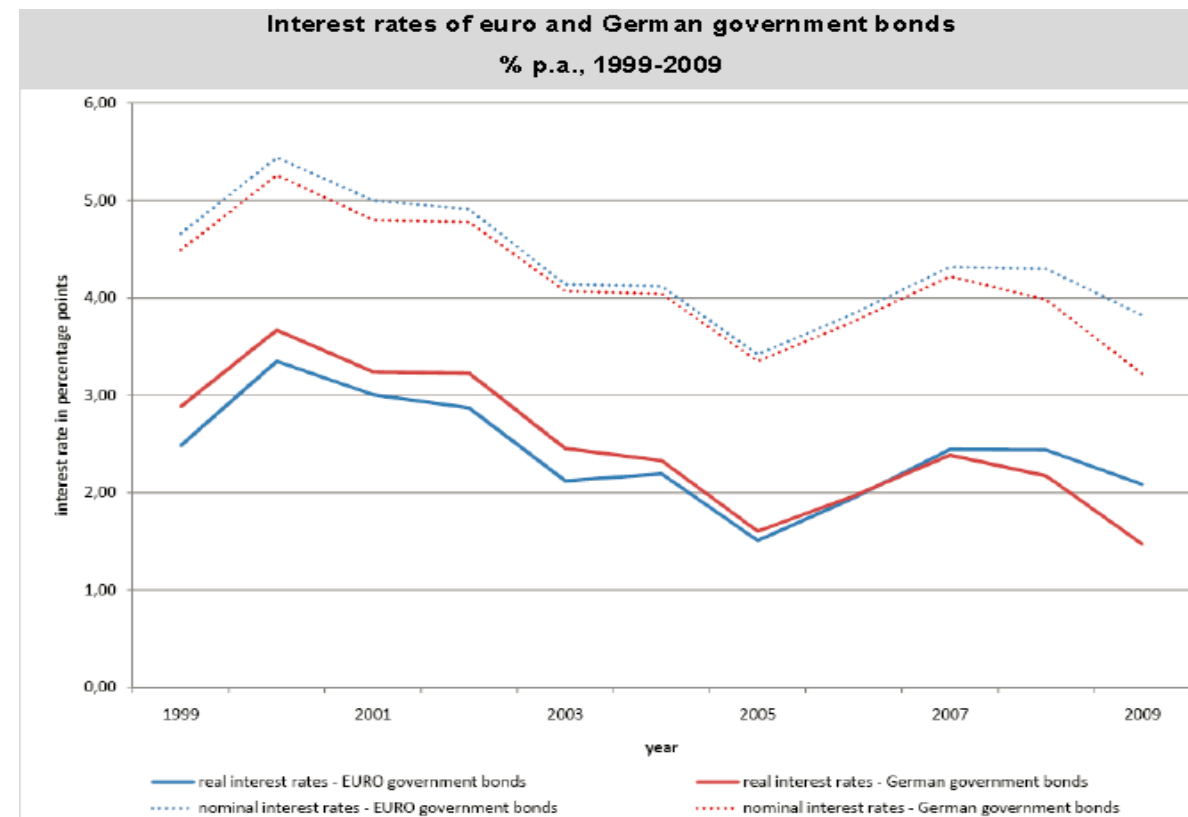
Eurostat - padroniza registro das contas nacionais nos países da União Europeia, dentre elas as relativas aos sistemas previdenciários.

Recomendação taxa real de 3% ao ano.

A fim de garantir a comparabilidade entre os países, a mesma taxa de desconto deve ser aplicada a todos os países e a todos os sistemas de previdência administrados pelo governo, em qualquer nível (incluindo planos de previdência social não capitalizados).

Utilização dos títulos com prazo de vencimento de pelo menos 10 anos, mas preferencialmente com duração de 30 anos (duração média dos pagamentos dos benefícios).

3% em função do rendimento médio dos títulos (com duração de 10 anos) nos países da zona do Euro e do governo alemão.



Taxa de Desconto Atuarial



Canadá

Utilização dos Títulos Públicos como referência para a taxa de desconto

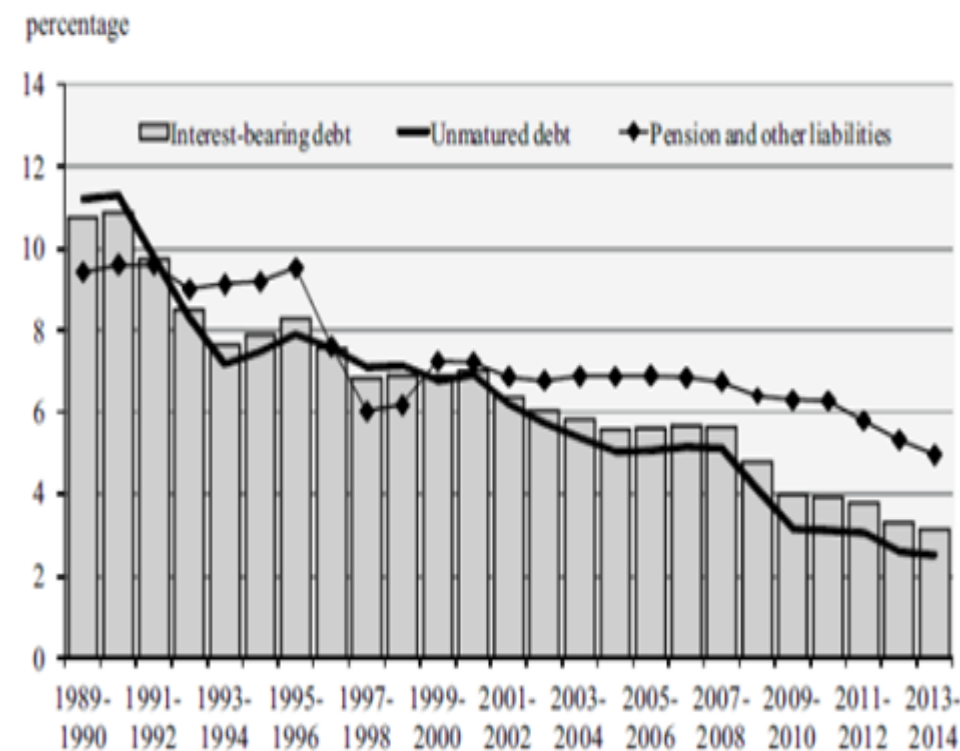
O Public Service Pension Plan (PSPP) é o plano de pensão dos servidores públicos do governo federal.

Possui planos capitalizados (a partir de 2000) e não capitalizados (antes de 2000).

Planos de benefício definido e financiados por contribuições do empregador e dos empregados.

Taxa de desconto:

- Planos capitalizados - taxas de retorno esperadas sobre os fundos investidos (4,1% acima da inflação, na avaliação de 2011).
- Planos não capitalizados - média ponderada móvel de 20 anos das taxas dos títulos de longo prazo do governo do Canadá.



Fonte: Public Accounts of Canada -2014 – Volume I, Pg. 1.17

Taxa de Desconto Atuarial



Utilização dos Títulos Públicos como referência para a taxa de desconto

Austrália

3 planos para os servidores civis: o Commonwealth Superannuation Scheme (CSS), criado em 1976, o Public Sector Superannuation Scheme (PSS), criado em 1990 e o Public Sector Superannuation accumulation plan (PSSap), criado em 2005.

CSS e PSS - benefícios definidos e não capitalizados / PSSap - contribuição definida e totalmente capitalizado.

Último PSS e CSS - taxa de desconto de 6% ao ano.

- Definido que o melhor determinante para a taxa de desconto seria o retorno dos títulos públicos, já que esse seria o custo para o governo caso fosse financiar por meio de empréstimos.
- Na data de avaliação, títulos públicos de 10 anos apontavam para uma taxa de 5,5% ao ano.
- Prêmio de liquidez de 0,50% (prazos do passivo atuarial são maiores que 10 anos).

Taxa de Desconto Atuarial

Outras Metodologias

Instrução Previc nº 19 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Fundos de Pensão

Exemplo de Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média*

Pontos (em anos)	Taxa de Juros Parâmetro (% a.a.)	Limite Inferior (%a.a.)	Limite Superior (%a.a.)
1,0	5,68	3,97	6,08
1,5	5,80	4,06	6,20
2,0	5,94	4,16	6,34
2,5	6,05	4,24	6,45
3,0	6,13	4,29	6,53
3,5	6,18	4,33	6,58
4,0	6,21	4,35	6,61
4,5	6,24	4,37	6,64
5,0	6,25	4,38	6,65
5,5	6,26	4,38	6,66
6,0	6,27	4,39	6,67
6,5	6,27	4,39	6,67
7,0	6,27	4,39	6,67
7,5	6,27	4,39	6,67

* Tabela incompleta - a divulgação da Previc apresenta taxa de juros até 35 anos.
Fonte: Portaria Previc nº375/2017.

Desde 2015, o CNPC definiu que a meta atuarial para as Entidades Fechadas de Previdência complementar **deve ser específica para cada plano e levar em conta sua duração.**

A taxa de desconto atuarial, ou a taxa parâmetro, corresponde àquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ETTJM) seja o mais próximo **à duração do passivo** do respectivo plano de benefícios.

Por sua vez, a ETTJM é calculada como **a média de três anos** das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias **baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.**

Para operacionalizar esta instrução, **anualmente, a PREVIC publica portaria contendo a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média** com as taxas parâmetro a serem utilizadas, constando tanto esta taxa quanto seus limites superiores e inferiores para cada faixa de prazo.

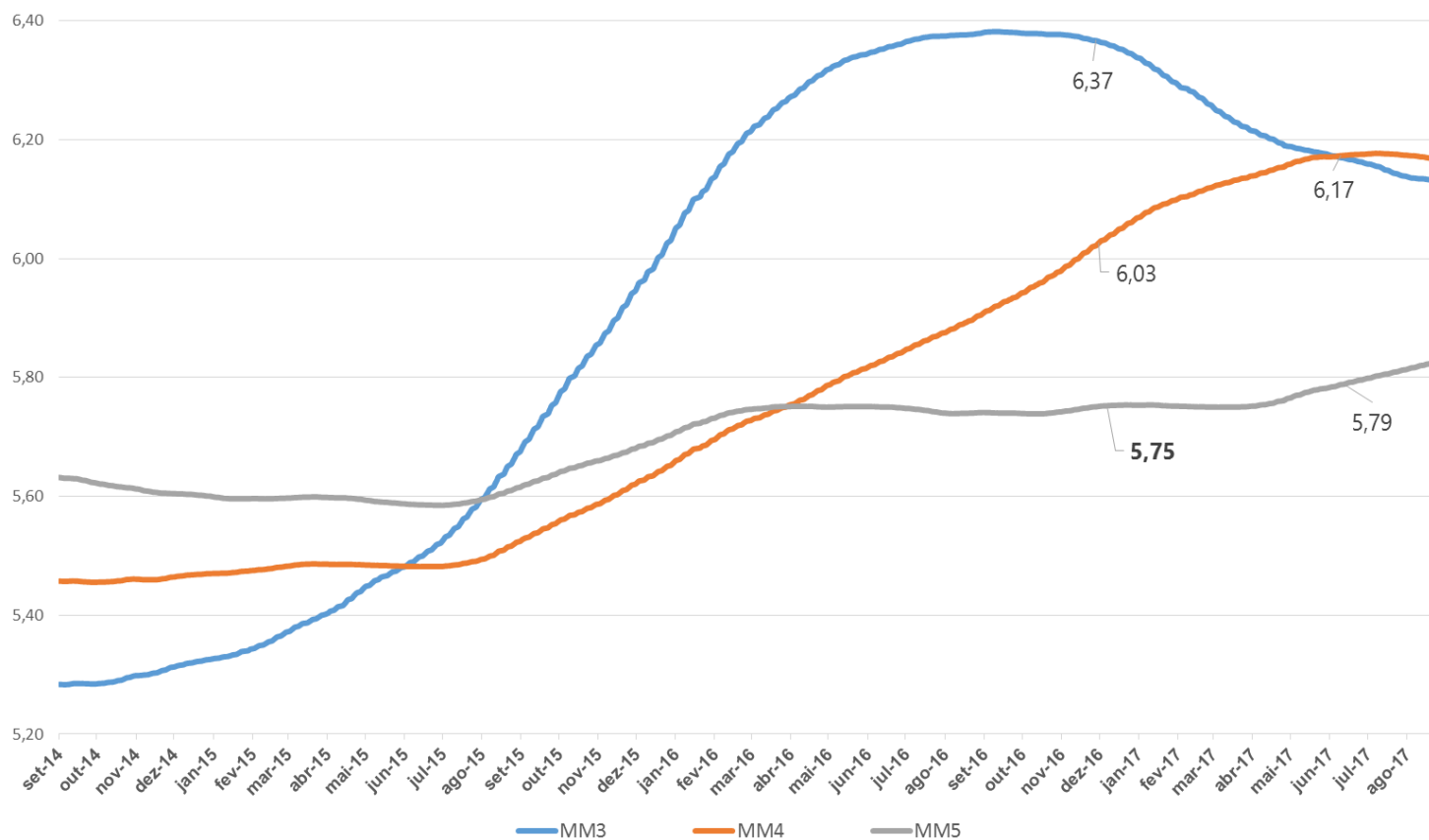
Taxa de Desconto Atuarial

Avaliação :

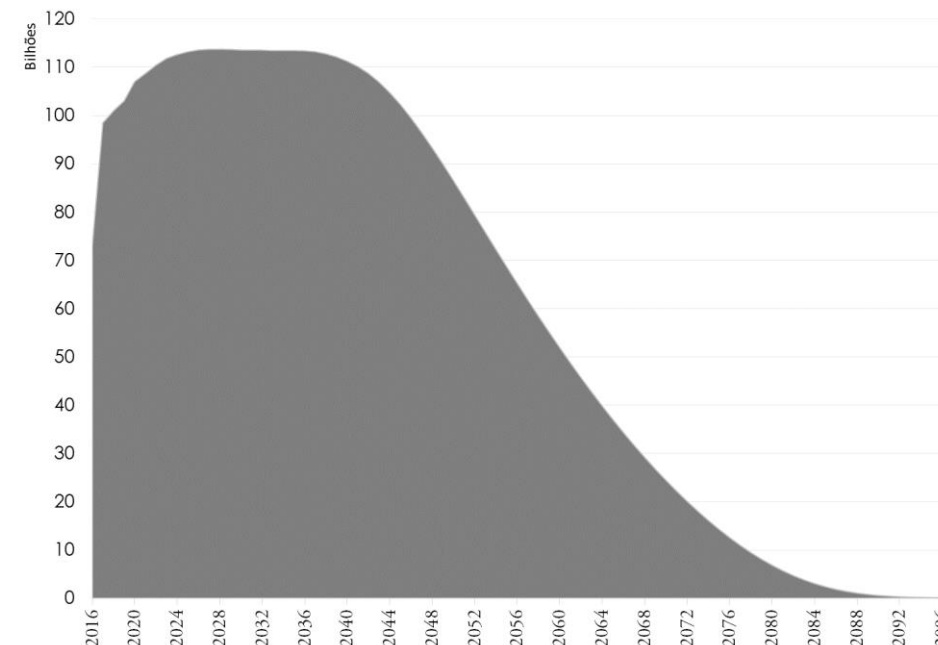
- A taxa de desconto a ser utilizada deve se basear no valor do dinheiro no tempo representado por ativos de alta qualidade (ativos livres de risco).
- O prazo a ser considerado para a determinação da taxa de desconto deve ser consistente com o prazo estimado para as obrigações com o pagamento dos benefícios.
- A taxa de desconto deve refletir taxas históricas médias em vez de dar peso indevido às taxas correntes ou de um passado muito recente.
- A mesma metodologia para definição da taxa de desconto deve ser aplicada por todos os sistemas de previdência administrados pelo governo (União, Estados e Municípios) para permitir comparações e consolidações. Não obstante, é necessário, antes de adotar eventual metodologia única, avaliar os impactos fiscais resultantes para cada ente.
- Mudanças muito bruscas da taxa de desconto devem ser evitadas uma vez que os resultados previdenciários podem mudar muito dificultando a avaliação pelo governos e pela sociedade em geral.
- Juros pagos por títulos do governo de longo prazo foram majoritariamente considerados como o melhor parâmetro para a taxa de desconto.

Taxa de Desconto Atuarial

Médias Móveis do vértice de 15 anos da ETTJ IPCA (% a.a.)



Duration na União



A duração média do passivo do plano de previdência dos servidores públicos federais em atividade, calculada em 2017 (dados de 2016), é de 14,69 anos.

Taxa de Desconto Atuarial

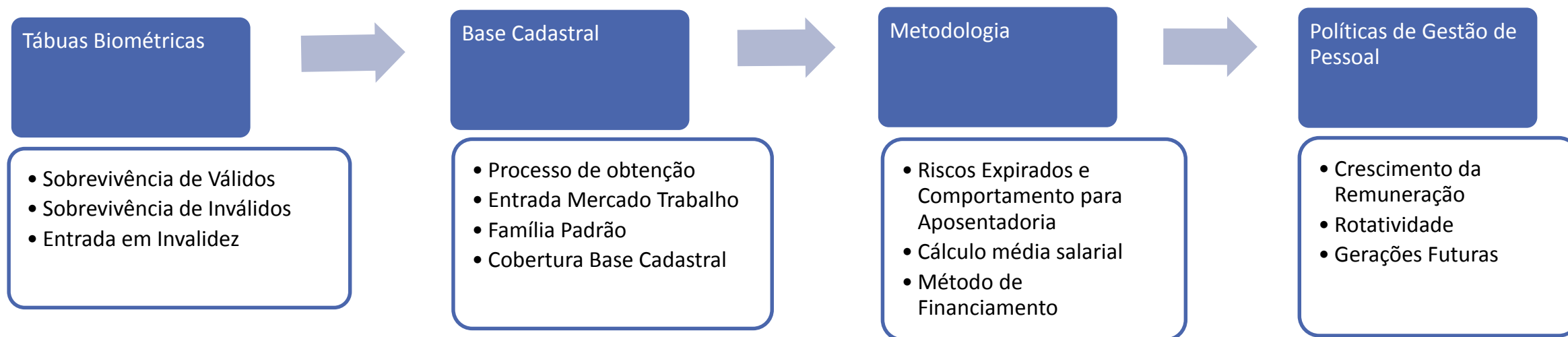
CONCLUSÃO:

- **Especificamente quanto ao cálculo, o subgrupo avaliou que deveria ser seguido o modelo aplicado às EFPC (Instrução Previc nº 19/2015) para a taxa de desconto;**
- **Ou seja, corresponde àquela em que o ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJM (calculada como a média de três anos das ETTJ diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao IPCA) seja o mais próximo à duration do passivo;**
- **Tendo em vista a necessidade de registro desse passivo e contabilização, optou-se pela sugestão da utilização da média móvel de 5 anos, que apresenta menor volatilidade.**

5 - SUBGRUPO 4: PREMISSAS ATUARIAIS DE GESTÃO DE PESSOAL

OBJETO: realização de estudo e fundamentação técnica para definição das premissas a serem utilizadas na Avaliação Atuarial Anual da União relacionadas à gestão de pessoal. Para melhor compreensão tais premissas foram divididas em subgrupos.

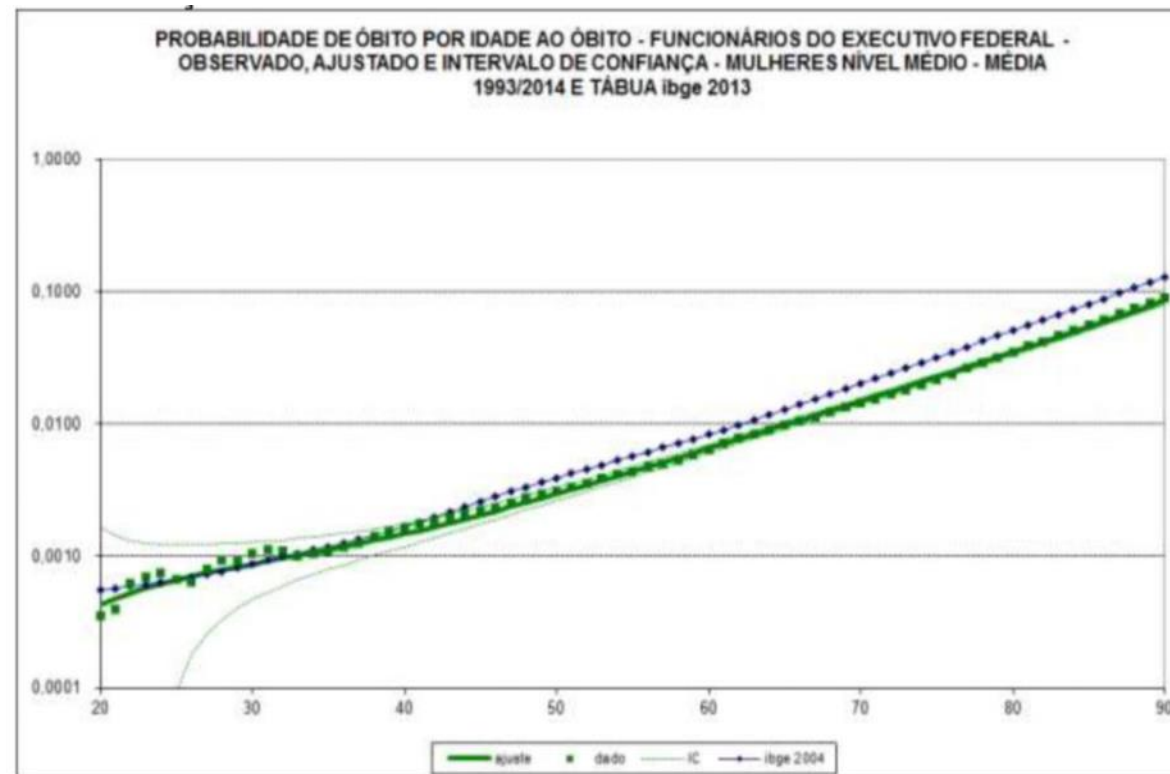
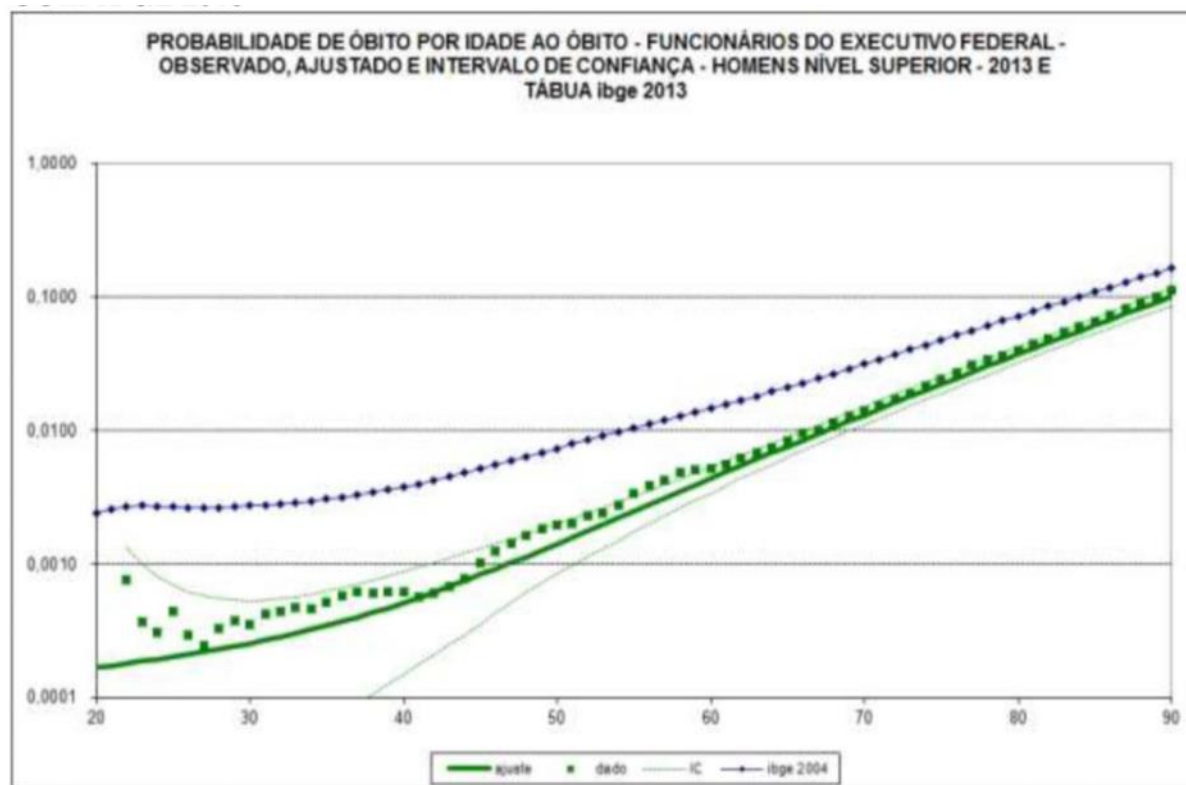
SUBGRUPOS



• Tábuas Biométricas - Sobrevivência de Válidos

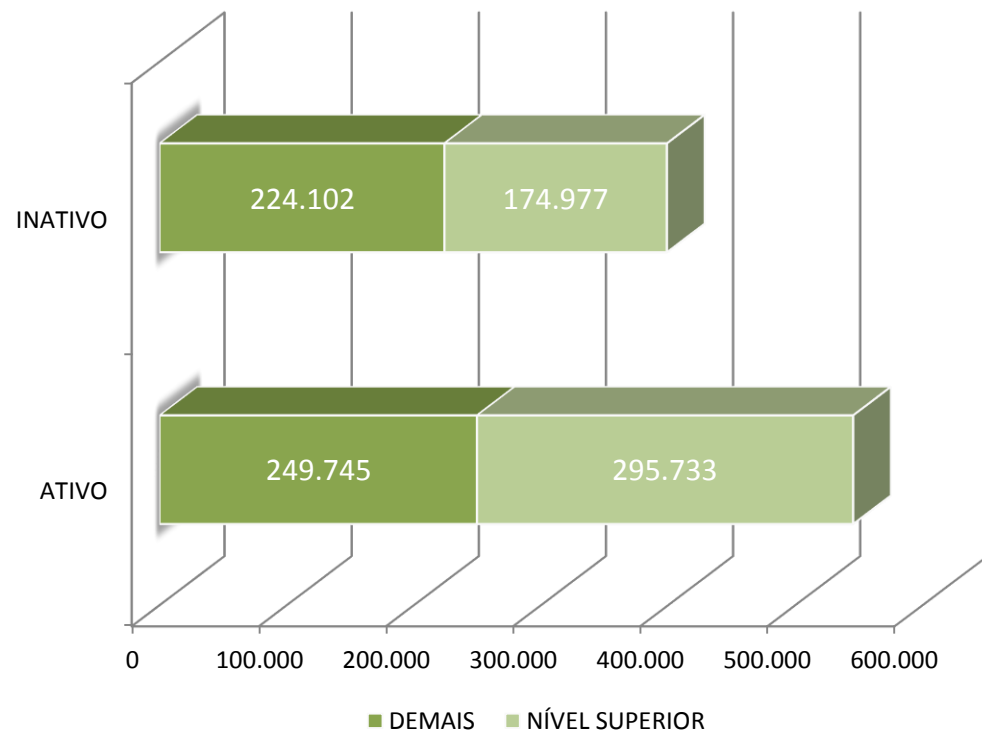
Em atendimento à determinação contida no item 9.1 do Acórdão nº 1.465/2003-TCU-Plenário, foi elaborada Tábua de Sobrevivência dos servidores ativos segregada por escolaridade do cargo e sexo.

Conforme podemos observar nos gráficos a experiência da Tábua IBGE, não refletia a mortalidade dos servidores vinculados ao serviço público federal.

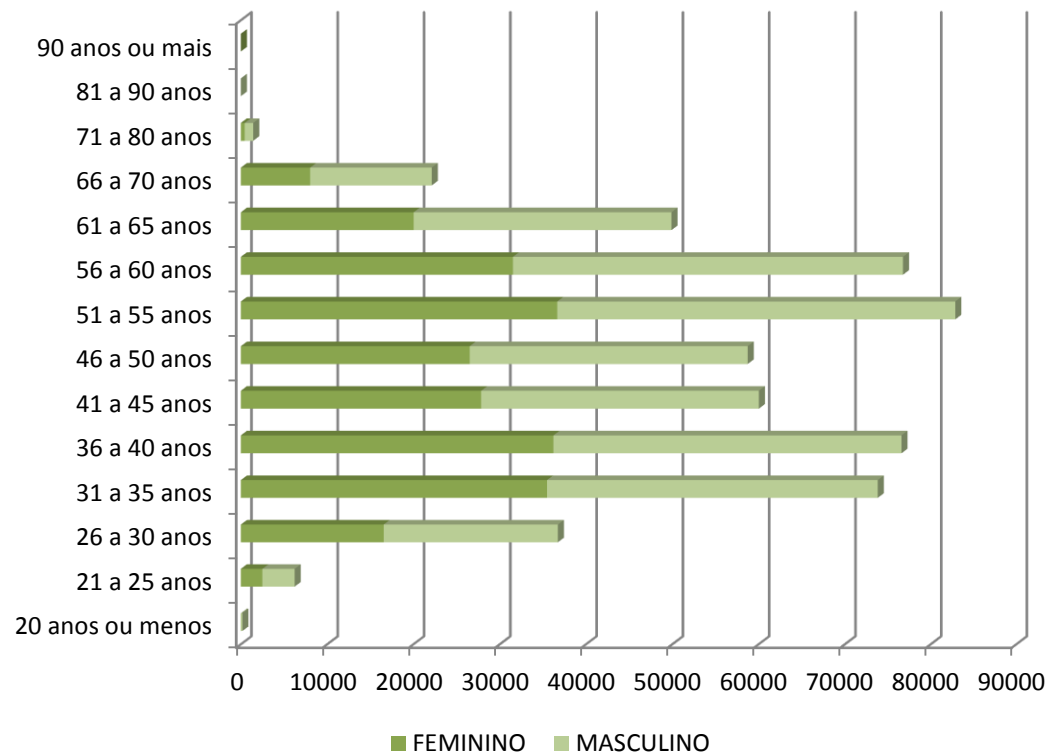


DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR ESCOLARIDADE E SEXO

Distribuição dos servidores (ativos e aposentados) por escolaridade do cargo



Servidores Ativos - Distribuição por Faixa Etária e por Sexo



- **Tábuas Biométricas - Sobrevivência de Válidos e Inválidos**

Em não se dispondo, atualmente, de estudo específico sobre a mortalidade de servidores inválidos, foi proposta a manutenção da mesma premissa relativa aos servidores válidos.

Servidores Ativos - Considerando as características de cada massa e a existência de dados suficientes foi sugerido pelo subgrupo que aos servidores ativos fosse aplicada a Tábua Específica, segregada por sexo e escolaridade do cargo.

Servidores Aposentados - Considerando a falta de dados suficientes relativas a escolaridade do cargo do servidor aposentado foi sugerido pelo subgrupo que a estes servidores ativos fosse aplicada a Tábua Específica para Nível Médio, segregada por sexo.

Pensionistas - Por se tratar de massa de beneficiários não relacionada ao comportamento da probabilidade de mortalidade específica de servidores, foi sugerido pelo subgrupo a manutenção da Tábua de Mortalidade Geral do IBGE Extrapolada, porém segregada por sexo.

- **Tábuas Biométricas – Entrada em Invalidez**

Em não se dispondo, atualmente, de estudo específico sobre a entrada em invalidez específica dos servidores públicos, foi proposta a manutenção da mesma premissa utilizada anteriormente, ou seja, a Tábua Álvaro Vindas, até que se realize estudo relativo ao comportamento desta premissa no caso dos servidores.

- **Base Cadastral - Processo de Obtenção e Cobertura da Base Cadastral**

Melhoria no Processo - Alteração do processo de solicitação e obtenção da base de dados dos demais poderes, visando a centralização das informações em um órgão central de cada poder. Inclusão de mandamento expresso na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, da obrigatoriedade de fornecimento das bases de dados nos prazos e formatos estabelecidos pela SPREV.

Cobertura e Layout - A base cadastral da avaliação atuarial do RPPS da União deve considerar todos os servidores efetivos, magistrados e membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. O Layout deve incorporar todas as informações necessárias para a mensuração dos compromissos do plano, dentre elas: dados relativos a escolaridade dos cargos dos aposentados, tempo de vinculação a outro regime, opção pela Previdência Complementar, dentre outros.

- **Base Cadastral - Idade de Entrada no Mercado de Trabalho**

Introdução - A base de dados recebida pela SPREV, atualmente, não possui dados suficientes para considerar a data da real vinculação do servidor a regime previdenciário anterior ao seu ingresso na União. Para tanto, foram realizados estudos com intuito de postular hipótese que melhor reflita tal premissa.

De acordo com o Boletim Estatístico de Pessoal, a idade média de ingresso no serviço público federal atualmente gira em torno dos 33 anos. Entretanto, os dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - RAIS apontam que a idade média de ingresso no primeiro emprego formal está posicionada entre 26 e 28 anos, enquanto que os dados do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados apontam para idades inferiores, entre 23 e 24 anos.

• Base Cadastral - Idade de Entrada no Mercado de Trabalho

Como, na realidade, o que importa é a idade de início da contribuição para algum regime previdenciário, que reflita o tempo total de contribuição a outro regime previdenciário, concluiu-se que a análise dos registros do SIAPE relativos aos tempos de contribuição para o RGPS averbados, indicariam dados mais precisos para a idade de entrada.

Conclusão - Como base no resultado de um estudo apresentado pela SGP (Secretaria de Gestão de Pessoal), que considerando o tempo averbado para outros regimes apontou para uma idade média de 25 anos, esta foi adotada como hipótese nos casos em que esse dado não tenha sido informado na base de dados.

Idade Média de entrada (Celetista + Estatutário) - RAIS

Ano	Idade Média
2015	28
2014	26
2013	27
2012	26
2011	26

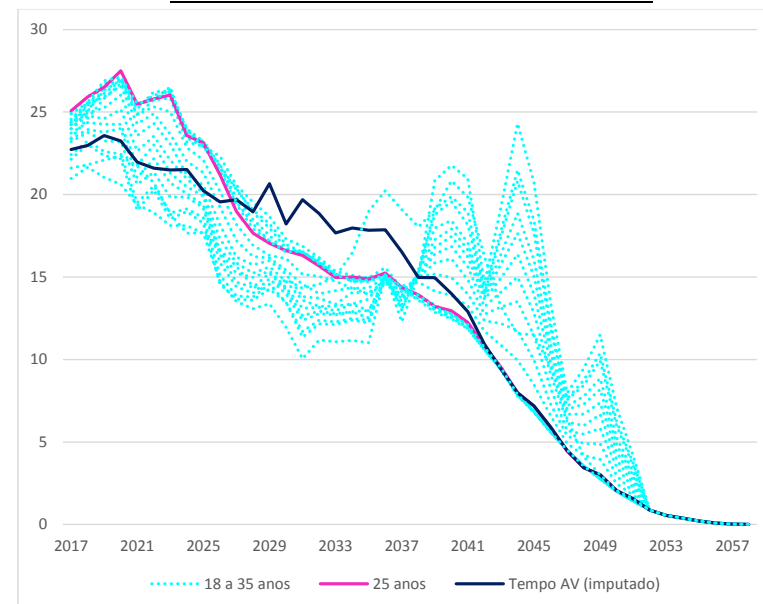
Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho

Idade Média no Primeiro Emprego Formal Celetista - CAGED

Ano	Idade Média
2017	23
2016	23
2015	23
2014	23
2013	24
2012	24
2011	24

Fonte: CAGED/Ministério do Trabalho

Sensibilidade do fluxo previsto de aposentadorias programadas em relação às suposições acerca da idade de entrada no mercado de trabalho



Fonte: SIAPE, Ministério do Planejamento

- **Base Cadastral - Família Padrão**

Introdução - Tendo como base os registros do SIAPE, foi realizado um estudo objetivando descrever as famílias dos servidores públicos e aposentados com foco na estrutura etária por tipo de dependência. Deste estudo verificou-se que por volta de 63% dos servidores ativos possuem cônjuges ou companheiros cadastrados, já entre os aposentados, cerca de 43% dos aposentados possui cônjuges ou companheiros cadastrados.

Dependentes cadastrados por situação de futuro instituidor (milhares de vínculos)

	Total	Com dependente	Quantidade de dependentes
Servidor ativo	543,5	350,1	687,2
Aposentado	391,8	169,7	218,8
Total	935	591.076	905,9

Fonte: SIAPE, Ministério do Planejamento. Elaboração: IPEA. Data-base: julho de 2016¹

• Base Cadastral - Família Padrão

Considerando os registros a partir de 1995, quando iniciou-se a consolidação do SIAPE e excluindo-se os exercícios de 2016 e 2017, dada a possibilidade de não habilitação/requerimento por parte dos pensionistas dos servidores mais recentemente falecidos, verificou-se uma média de 80%, por exercício da ocorrência do evento morte, de instituidores de pensão dentre os servidores ativos e aposentados falecidos nesse período.

Conclusão - Com base nos estudos apresentados foi sugerido pelo grupo de trabalho a alteração da hipótese de composição da família em caso de concessão/reversão de pensão por morte vitalícia de 90% para 80%. Cada servidor ou aposentado em caso de falecimento gerará a expectativa de deixar pensão por morte vitalícia na proporção de 0,80 e pela manutenção da premissa de não diferenciação da idade entre o servidor ativo/aposentado e seu respectivo cônjuge.

Eventos de instituição de pensão por morte por falecimento de servidores ativos e aposentados - entre 1995 e 2015

ANO_EXC	QTD_OBITO_REAL	INSTP_CONCED_GERAL	PEN_VITALICIA	PEN_TEMPORARIA	% Servidores falecidos que geraram pensões vitalícias	% Servidores falecidos que geraram pensões
1995	11.630	10.660	10.323	6.384	92%	89%
1996	11.957	11.185	11.101	6.333	94%	93%
1997	12.061	11.011	10.892	6.196	91%	90%
1998	11.997	10.963	10.800	5.749	91%	90%
1999	12.647	10.837	10.766	5.772	86%	85%
2000	11.837	10.695	10.784	5.523	90%	91%
2001	11.718	10.642	10.590	5.222	91%	90%
2002	13.084	10.421	10.260	4.750	80%	78%
2003	12.850	10.532	10.405	4.686	82%	81%
2004	13.046	10.471	10.425	4.298	80%	80%
2005	12.673	10.028	10.152	3.781	79%	80%
2006	12.904	10.057	10.047	3.433	78%	78%
2007	13.015	9.964	10.068	3.224	77%	77%
2008	13.017	9.802	9.909	3.011	75%	76%
2009	12.919	9.655	9.773	2.743	75%	76%
2010	13.443	9.663	9.768	2.453	72%	73%
2011	12.783	9.279	9.337	2.262	73%	73%
2012	12.708	9.182	9.321	2.100	72%	73%
2013	13.171	9.048	9.145	1.824	69%	69%
2014	13.361	9.086	9.121	1.735	68%	68%
2015	13.179	8.519	8.385	1.631	65%	64%
Média:					80%	80%

Fonte: SIAPE, Ministério do Planejamento. Elaboração: SGP/MP

• Metodologia - Servidores Iminentes e Comportamento para Aposentadoria

Introdução - A referida hipótese é utilizada para prever o comportamento da massa de servidores quando se tornam elegíveis ao benefício de aposentadoria, sendo aplicável tanto aos servidores que já cumpriram os requisitos legais para o gozo do benefício na data base da Avaliação Atuarial, como aos que ainda irão cumprir tais requisitos.

Com relação aos servidores que já cumpriram tais requisitos (Iminentes), foi elaborado um estudo de forma a diluir o fluxo de aposentação no tempo de forma a melhor refletir a realidade fática das aposentadorias concedidas anualmente no âmbito do serviço público federal. Como os estudos realizados não conseguiram por a termo os fatores que influenciam este comportamento, decidiu-se suavizar a curva de aposentadorias no tempo.

Tabela 38: Cenários de Espera dos Riscos Expirados - Idade Entrada 25 anos

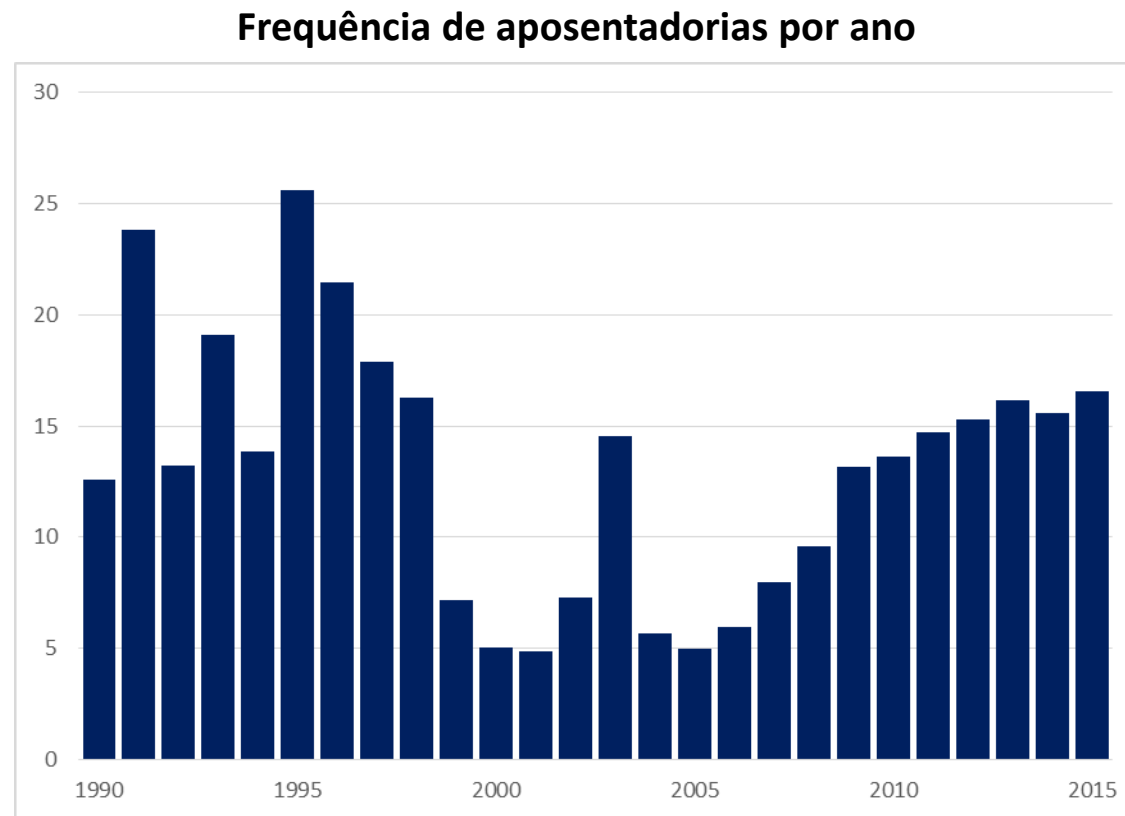
Tempo de Espera	Anos de diferimento	Qtde de Servidores	(%)	Tempo de Espera	Anos de diferimento	Qtde de Servidores	(%)
0	0	131365	82,78%	6	0	42552	26,81%
	1	9364	5,90%		1	20545	12,95%
	2	7185	4,53%		2	19482	12,28%
	3	5933	3,74%		3	19089	12,03%
	4	4379	2,76%		4	21591	13,61%
	5	169	0,11%		5	18873	11,89%
	6	162	0,10%		6	16425	10,35%
	7	131	0,08%		7	131	0,08%
	Total Geral	158.688	100,00%		Total Geral	158.688	100,00%
4	0	64907	40,90%	7	0	33556	21,15%
	1	23230	14,64%		1	18044	11,37%
	2	24835	15,65%		2	17484	11,02%
	3	24662	15,54%		3	17395	10,96%
	4	20592	12,98%		4	19119	12,05%
	5	169	0,11%		5	18868	11,89%
	6	162	0,10%		6	17822	11,23%
	7	131	0,08%		7	16400	10,33%
	Total Geral	158.688	100,00%		Total Geral	158.688	100,00%
5	0	52978	33,39%				
	1	21987	13,86%				
	2	20747	13,07%				
	3	23191	14,61%				
	4	23076	14,54%				
	5	16416	10,34%				
	6	162	0,10%				
	7	131	0,08%				
	Total Geral	158.688	100,00%				

- **Metodologia - Servidores Iminentes e Comportamento para Aposentadoria**

Conclusão:

Servidores Iminentes - A partir do estudo do fluxo de aposentadorias e do comportamento de recebimento do abono de permanência, optou-se por considerar o tempo de espera dos atuais servidores iminentes de 7 (sete) anos a partir da data de cumprimento da melhor elegibilidade.

Demais Servidores - Com relação ao comportamento dos futuros servidores sujeitos às regras de transição, propõe-se alterar a premissa para que estes aguardem a regra mais vantajosa de aposentadoria, independentemente do tempo de espera.



Fonte: SIAPE, Ministério do Planejamento. Elaboração: IPEA.

- **Metodologia - Cálculo da Média Salarial**

As Avaliações Atuariais do RPPS da União, elaboradas até o exercício de 2017, consideravam a última remuneração do servidor na data base dos dados para fins de cálculo dos valores dos benefícios. Como a base de dados dos servidores da União não possui dados da série histórica de remunerações, foi utilizado para construção desta série histórica o valor obtido a partir do desconto da taxa crescimento salarial de 1% ao ano, desde 07/1994, ou da sua respectiva data de entrada, para os servidores que se vincularam ao RPPS após a Emenda Constitucional nº 41/2003. Foi sugerida também a incorporação de informação relativa a primeira remuneração recebida por cada servidor ativo ao leiaute da base de dados da Avaliação Actuarial.

- **Metodologia - Método de Financiamento**

A Portaria MPS nº 403/2008, no que se refere a regimes financeiros e métodos a serem aplicados nas avaliações atuariais dos RPPS para determinação dos custos, prevê que o Regime Financeiro de Capitalização será utilizado como o mínimo aplicável para o financiamento das aposentadorias programadas e pensões por morte de aposentado e que “o método de financiamento atuarial mínimo para apuração do custo normal dos benefícios avaliados no Regime Financeiro de Capitalização será o Crédito Unitário Projetado”.

Para o RPPS dos servidores civis da União, tem sido utilizado o método agregado de capitalização para determinar os valores das obrigações relativas aos benefícios de aposentadorias e pensões. Entretanto, estão sendo elaborados estudos para adequação da ferramenta utilizada na Avaliação Actuarial ao método PUC.

- **Políticas de Gestão de Pessoal - Crescimento da Remuneração**

Com base nos levantamentos realizados pelo grupo das remunerações iniciais e finais de cada cargo da estrutura da União, em dezembro de cada ano, levando em consideração o período de 2002 a 2017, foi identificado crescimento superior a 1% ao ano. Apesar das projeções de crescimento salarial apresentarem cenários que apontam crescimento acima de 1%, concluiu-se que a revisão da atual premissa deveria aguardar um direcionamento da política de gestão de pessoal, especialmente advindas das propostas de rearranjo estrutural dos planos de cargos e carreiras e da política remuneratória dos servidores pelo Governo Federal. Desta forma, optou-se pela manutenção da premissa de taxa de crescimento real das remunerações dos servidores ativos, atualmente de 1% ao ano.

- **Políticas de Gestão de Pessoal - Rotatividade**

A Avaliação Atuarial do RPPS dos servidores civis da União, elaborada pela SPREV, não utiliza esta premissa. Os participantes do Subgrupo analisaram os dados apresentados e concluíram por propor ao Grupo de Trabalho a manutenção da hipótese nula de rotatividade até então utilizada na Avaliação Atuarial da União, pois a alteração dessa premissa requer o seu acompanhamento, por meio de estudos de aderência.

- **Políticas de Gestão de Pessoal - Gerações Futuras**

As Avaliações Atuariais da União relativas aos exercício de 2012 a 2016 utilizaram esta hipótese de reposição de servidores, no conceito de grupo aberto, à taxa de 100% de reposição (ou 1 por 1), isto é, considerou-se a substituição de cada servidor aposentado ou falecido por outro servidor com as mesmas características funcionais, financeiras e pessoais (salário, idade de admissão, sexo, entre outras) do servidor que lhe deu origem.

Na Avaliação Atuarial de 2017 essa premissa deixou de ser utilizada para fins de apresentação do Resultado Atuarial, considerando-se o grupo como fechado, em atendimento ao previsto no art. 17, §7º, da Portaria MPS nº 403, de 2008, conforme nota técnica elaborada pela SPPS.

- **Políticas de Gestão de Pessoal - Compensação Previdenciária**

A implantação da unidade gestora única do RPPS da União é determinante para se apurar os valores referente aos débitos (compensação previdenciária a pagar) e os créditos (compensação previdenciária a receber) de compensação, no caso específico da União, os créditos devem suplantar os débitos, gerando receita positiva para o RPPS. Devido a falta de unidade gestora única o subgrupo concluiu pela impossibilidade de utilização dessa premissa, com recomendações para que sejam retomados estudos para viabilizar a implantação da unidade gestora única e que sejam levantados dados que permitam estimar o montante potencial do fluxo de compensação previdenciária envolvendo o RPPS da União (recebimentos e pagamentos).

6 - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2018 (DATA FOCAL EM 31/12/2017)

Aperfeiçoamento da Ferramenta de Cálculo Utilizada na Avaliação Atuarial

Descrição do Programa	Avaliação 2017 (data focal 31/12/2016)	Avaliação 2018 (data focal 31/12/2017)
Origem do Ferramental usado	Herdada	Desenvolvida
Linguagem (software)	Visual Basic 6	Visual Basic For Application
Técnica de cálculo	Apenas fluxos de caixa atuarial	Fluxos de caixa atuarial e Comutações
Versatilidade para Simular Diferentes Cenários	Pouco flexível	Muito flexível
Tempo de Processamento	Dias	Horas

Estatísticas da Massa de Segurados Avaliada, Por Poder e Sexo

Grupo	Poder Executivo			Ministério Público			Poder Legislativo			Poder Judiciário			UNIÃO		
	Masculino	Feminino	Geral	Masculino	Feminino	Geral	Masculino	Feminino	Geral	Masculino	Feminino	Geral	Masculino	Feminino	Geral
Servidores															
Quantidade	309.386	245.006	554.392	11.279	8.391	19.670	5.166	2.656	7.822	54.737	54.721	109.458	380.568	310.774	691.342
Remuneração média (R\$)	9.719,91	8.675,32	9.258,27	11.754,03	11.911,79	11.821,33	18.132,64	19.524,35	18.605,20	10.008,89	9.928,62	9.968,76			
Idade média (anos)	47,7	46,5	47,2	41,8	40,7	41,3	46,3	45,9	46,2	44,9	44,3	44,6			
Aposentados															
Quantidade	192.954	209.386	402.340	1.257	1.806	3.063	4.704	4.101	8.805	8.408	13.919	22.327	207.323	229.212	436.535
Provento médio (R\$)	9.164,76	7.844,35	8.477,59	17.502,96	12.675,02	14.656,32	26.339,37	27.378,77	26.823,48	18.216,05	17.974,40	18.065,40			
Idade média (anos)	73,0	70,4	71,6	68,9	64,9	66,5	69,5	67,0	68,3	69,9	66,0	67,4			
Pensionistas															
Quantidade	26.655	258.583	285.238	353	283	636	745	4.672	5.417	1.238	8.408	9.646	28.991	271.946	300.937
Provento médio (R\$)	5.147,84	5.199,82	5.194,96	2.147,23	9.395,64	5.372,55	19.442,91	21.441,51	21.166,64	10.956,78	8.440,75	8.763,66			
Idade média (anos)	55,5	69,5	68,2	64,1	69,2	66,4	49,4	64,5	62,4	49,6	69,9	67,3			

Metodologia e Hipóteses Atuariais Modificadas na Avaliação Atuarial 2018

Hipóteses/Premissas	Avaliação 2017 (data focal 31/12/2016)	Avaliação 2018 (data focal 31/12/2017)
Tábuas biométricas para sobrevivência de válidos e inválidos	Servidores, aposentados e pensionistas: Tábuas IBGE Ambos os Sexos - Extrapolada (80 +)	Servidores: Tábua Específica IPEA Servidores Civis União por sexo e por escolaridade Aposentados: Tábua Específica IPEA Servidores Civis União por Sexo e por escolaridade (Nível médio) Pensionistas: Tábuas IBGE por Sexo - Extrapolada (80 +)
Taxa de juros	Taxa real de juros de 6% a.a.	Taxa real de juros de 5,75% a.a.

Observação: Hipóteses modificadas que umentam o custo atuarial.

Metodologia e Hipóteses Atuariais Modificadas na Avaliação Atuarial 2018

Hipóteses/Premissas	Avaliação 2017 (data focal 31/12/2016)	Avaliação 2018 (data focal 31/12/2017)
Idade de entrada no mercado de trabalho	18 Anos	25 Anos
Composição do grupo familiar	90% dos segurados deixarão pensão para algum dependente de mesma idade e sexo oposto	80% dos segurados deixarão pensão para algum dependente de mesma idade e sexo oposto
Metodologia de cálculo dos benefícios	Última remuneração Última remuneração e limitado ao Teto do RGPS (Ingressos após a data de implantação da Previdência Complementar)	Última remuneração (Ingressos até 31/12/2003) 80% Média dos maiores salários de contribuição (Ingressos entre 01/01/2004 e a data de implantação da previdência complementar) 80% Média dos maiores salários de contribuição e limitado ao Teto do RGPS (Ingressos após a data de implantação da previdência complementar)
Servidores elegíveis para aposentadoria programada (Iminentes)	Início do fluxo de pagamento: A partir do primeiro ano após a data focal da avaliação	Início do fluxo de pagamento: Distribuído ao longo de 7 anos após a data focal da avaliação (tempo médio de usufruição do abono de permanência)
Comportamento futuro para aposentadoria programada (servidores que ingressaram até 31/12/2003 - com direito a regra de transição)	Segurado aguardará a melhor elegibilidade se esta ocorrer em até 3 anos contados da primeira elegibilidade	Segurado aguardará a melhor elegibilidade sempre

Observação: Hipóteses modificadas que reduzem o custo atuarial.

Balanço Atuarial - Avaliação Atuarial 2018 (data focal 31/12/2017)

Balanço Atuarial Sintético
Juros : 5,75% a.a.
União - Consolidado - Todos os Poderes
Grupo Fechado : Geração Atual
Data da Avaliação: 31/12/2017

Em R\$

ATIVO		PASSIVO	
Valor Presente Atuarial das Contribuições	318.844.004.447,38	Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos	687.994.125.643,94
Sobre Salários	242.703.248.050,99	Aposentadorias	488.705.196.872,68
Sobre Benefícios	76.140.756.396,38	Pensões	199.288.928.771,25
Deficit Atuarial	1.199.126.766.497,31	Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder	829.976.645.300,75
		Aposentadorias	660.141.004.471,78
		Pensões	169.835.640.828,97
Total	1.517.970.770.944,69		1.517.970.770.944,69

Variações: Balanço Atuarial dos Últimos Dois Exercícios

Descrição	31/12/2016	31/12/2017	Variação (%)
ATIVO			
Valor Presente Atuarial das Contribuições	291.873.095.082,00	318.844.004.447,38	9,2
Sobre Salários	212.538.483.224,49	242.703.248.050,99	14,2
Sobre Benefícios	79.334.611.857,51	76.140.756.396,38	-4,0
Deficit Atuarial	1.364.502.684.701,06	1.199.126.766.497,31	-12,1
PASSIVO			
Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos	638.883.853.469,12	687.994.125.643,94	7,7
Aposentadorias	435.280.326.726,38	488.705.196.872,68	12,3
Pensões	203.603.526.742,74	199.288.928.771,25	-2,1
Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder	1.017.491.926.313,95	829.976.645.300,75	-18,4
Aposentadorias	751.137.963.259,73	660.141.004.471,78	-12,1
Pensões	266.353.963.054,21	169.835.640.828,97	-36,2

Projeções Atuariais - Avaliação Atuarial 2018 - RREO 6º bimestre/2017 (com inflação)

PROJEÇÕES ATUARIAIS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO
SEM REPOSIÇÃO DE SERVIDORES
Data da Avaliação: 31/12/2017

LRF, art. 53, § 1º, inciso II - Anexo XIII

Em R\$

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (A)	Valor (B)	Valor (A - B)
2018	35.997.430.184,57	90.281.728.574,67	-54.284.298.390,10
2019	36.650.612.534,05	96.689.492.156,79	-60.038.879.622,73
2020	36.741.616.474,86	104.722.392.195,50	-67.980.775.720,64
2021	36.432.940.403,59	112.117.557.419,48	-75.684.617.015,89
2022	36.227.639.210,85	119.336.679.333,92	-83.109.040.123,07
2023	35.837.886.278,74	127.019.272.948,57	-91.181.386.669,83
2024	35.137.473.097,21	135.466.633.557,47	-100.329.160.460,26
2025	34.127.026.358,33	144.759.581.127,01	-110.632.554.768,69
2026	34.114.582.512,35	151.135.318.015,27	-117.020.735.502,92
2027	33.934.350.070,11	157.704.405.801,23	-123.770.055.731,12
2028	33.925.763.493,32	163.978.358.538,88	-130.052.595.045,56
2029	33.926.478.920,19	170.190.416.767,39	-136.263.937.847,20
2030	33.832.659.371,71	176.586.131.659,34	-142.753.472.287,63
2031	33.690.437.529,43	182.956.014.154,04	-149.265.576.624,62
2032	33.376.795.628,39	189.642.887.443,35	-156.266.091.814,96
2033	32.871.736.159,53	196.684.205.435,14	-163.812.469.275,61
2034	32.174.195.223,54	204.053.771.353,77	-171.879.576.130,23
2035	31.357.854.752,11	211.352.933.190,10	-179.995.078.437,99
2036	30.372.094.582,37	218.772.829.024,20	-188.400.734.441,83
2037	29.252.851.014,03	226.146.740.344,01	-196.893.889.329,98
2038	28.020.592.956,69	233.437.810.679,47	-205.417.217.722,78
2039	26.709.831.002,58	240.494.372.420,30	-213.784.541.417,72
2040	25.334.012.882,71	247.263.770.470,58	-221.929.757.587,88
2041	23.894.321.744,49	253.672.192.780,31	-229.777.871.035,82
2042	22.408.075.257,35	259.733.697.796,69	-237.325.622.539,34
2043	20.973.500.842,10	265.198.443.394,10	-244.224.942.552,00
2044	19.615.487.419,63	269.954.663.086,39	-250.339.175.666,76
2045	18.397.535.325,93	273.949.031.845,53	-255.551.496.519,60
2046	17.330.873.320,01	277.193.097.834,31	-259.862.224.514,29
2047	16.383.114.408,47	279.720.906.659,74	-263.337.792.251,26
2048	15.612.312.540,32	281.461.359.321,34	-265.849.046.781,02
2049	14.940.318.305,01	282.531.367.246,52	-267.591.048.941,51
2050	14.366.550.513,60	283.009.259.057,22	-268.642.708.543,62

Fluxo de Caixa - Comparativo do Resultado Atuarial (com inflação)

EXERCÍCIO	AVALIAÇÃO ATUARIAL 2017 (DATA FOCAL 31/12/2016)	AVALIAÇÃO ATUARIAL 2018 (DATA FOCAL 31/12/2017)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (Variação %)
	Valor	Valor	%
2017	-71.389.333.716,86	-	-
2018	-77.676.395.966,36	-54.284.298.390,10	-30,1
2019	-83.774.240.898,52	-60.038.879.622,73	-28,3
2020	-93.160.052.939,13	-67.980.775.720,64	-27,0
2021	-99.531.658.190,13	-75.684.617.015,89	-24,0
2022	-106.361.203.044,46	-83.109.040.123,07	-21,9
2023	-113.152.404.284,89	-91.181.386.669,83	-19,4
2024	-119.265.106.569,88	-100.329.160.460,26	-15,9
2025	-125.332.238.582,99	-110.632.554.768,69	-11,7
2026	-131.391.690.591,76	-117.020.735.502,92	-10,9
2027	-137.277.318.191,75	-123.770.055.731,12	-9,8
2028	-143.227.447.324,37	-130.052.595.045,56	-9,2
2029	-149.365.540.651,44	-136.263.937.847,20	-8,8
2030	-155.658.680.384,86	-142.753.472.287,63	-8,3
2031	-162.459.635.186,09	-149.265.576.624,62	-8,1
2032	-169.635.166.541,28	-156.266.090.814,96	-7,9
2033	-176.958.780.196,50	-163.812.469.275,61	-7,4
2034	-184.876.682.338,36	-171.879.576.130,23	-7,0
2035	-193.208.942.871,90	-179.995.078.437,99	-6,8
2036	-201.794.428.841,86	-188.400.734.441,83	-6,6

Observação: Deficit financeiro efetivamente apurado do RPPS dos servidores civis da União em 2017 foi de **R\$ 45,2 bilhões** (excluídos “demais”).

Relatório da Avaliação Atuarial - Análise de Sensibilidade

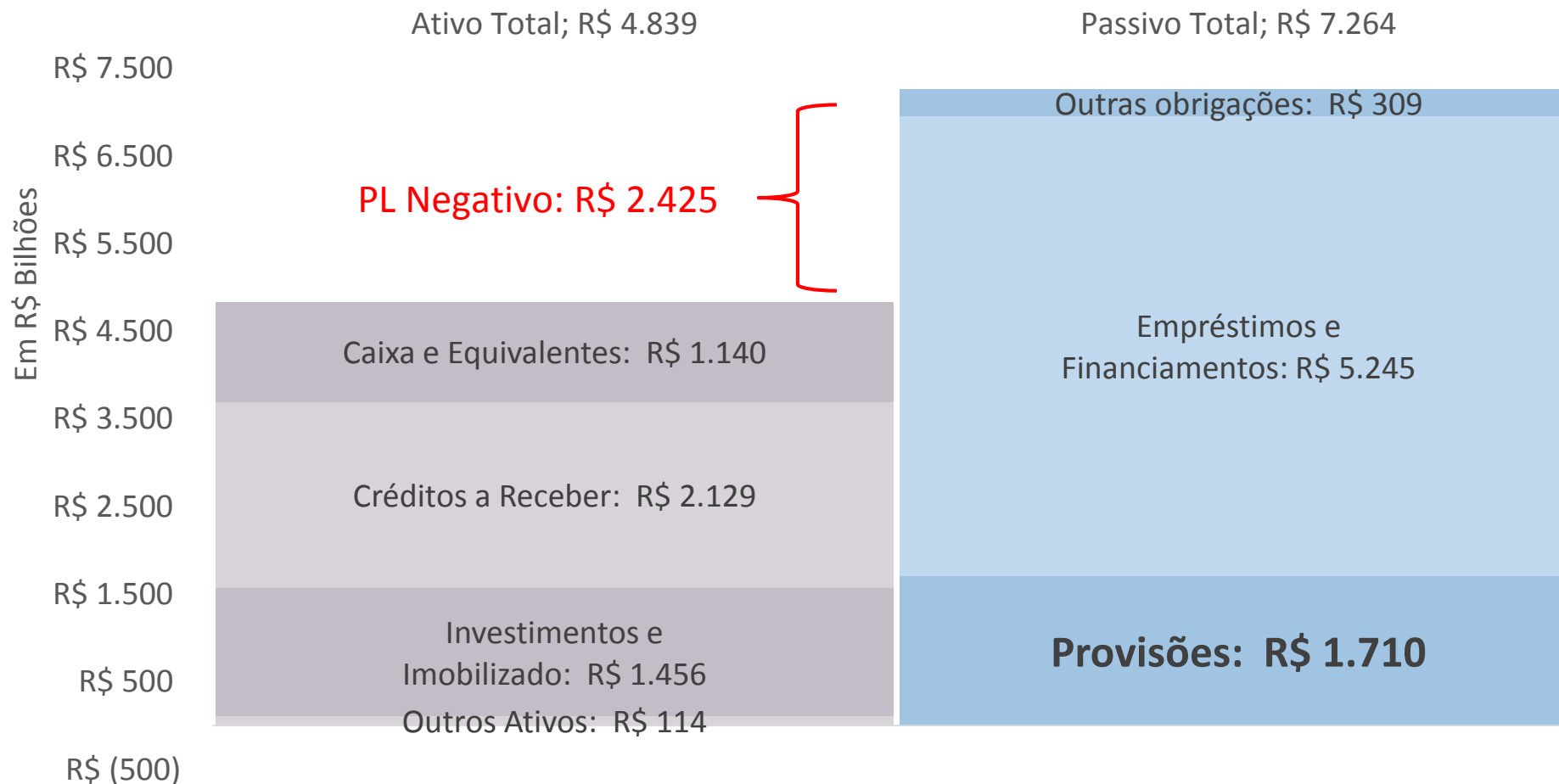
Comparativo do Resultado Atuarial Apurado com Diferentes Taxas de Juros de Desconto

(Valores em R\$ bilhões)

Descrição	Avaliação	Simulações						
		6%	5%	4%	3%	2%	1%	0%
Taxa de Juros	5,75%	6%	5%	4%	3%	2%	1%	0%
Deficit Atuarial	1.199,1	1.156,5	1.343,2	1.582,3	1.894,2	2.309,0	2.872,5	3.655,3
Diferença	-	-42,6	144,1	383,2	695,1	1.109,9	1.673,4	2.456,2

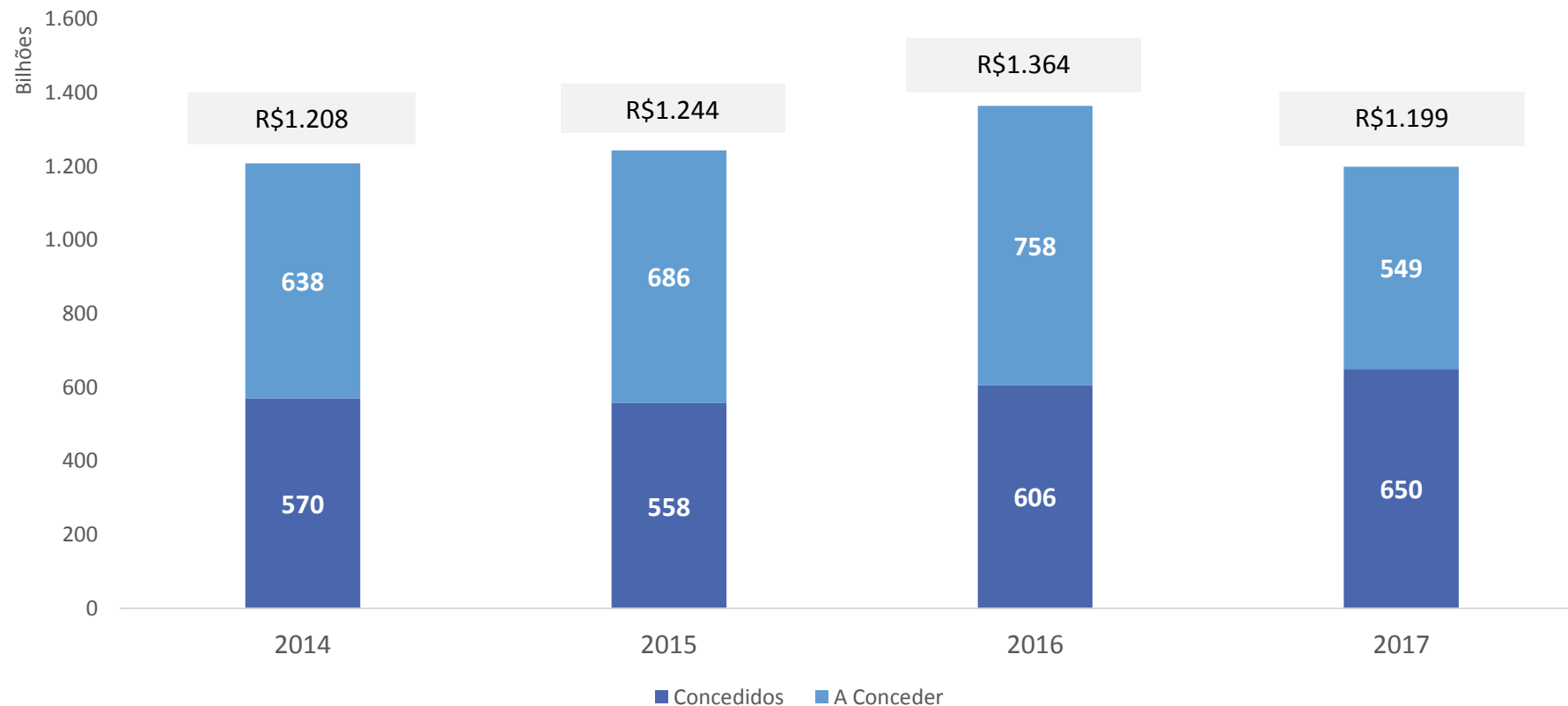
7 - EFEITOS NO BALANÇO GERAL DA UNIÃO 2017

Balanco Patrimonial Simplificado 2017 (em bilhões R\$)



O passivo atuarial do RPPS (R\$1,199 trilhão) representa 16,5% do passivo exigível da União e 70,11% das provisões.

Evolução Passivo Atuarial - RPPS



Observação: Os valores contabilizados no BGU expressam sempre o resultado da avaliação atuarial relativa ao exercício seguinte (ou seja, o passivo de R\$ 1,199 trilhão do BGU 2017 é o apurado na avaliação atuarial de 2018, com data focal em 31/12/2017).

Passivo Atuarial - RPPS

	31/12/2016	31/12/2017	AH (%)
Provisões Matemáticas Previdenciárias	1.364	1.199	-12%
Provisões de benefícios concedidos	606	650	7%
Aposentadorias, pensões e outros benefícios	639	688	8%
(-) Contribuições do inativo	-26	-30	15%
(-) Contribuições do pensionista	-7	-8	14%
Provisões de benefícios a conceder	758	549	-28%
Aposentadorias, pensões e outros benefícios a conceder	1.017	830	-18%
(-) Contribuições do ente	-142	-162	14%
(-) Contribuições do ativo	-71	-81	14%
(-) Contribuições do inativo e pensionista a conceder	-46	-38	-17%

Observação: Os valores contabilizados no BGU expressam sempre o resultado da avaliação atuarial do exercício seguinte (ou seja, o passivo de R\$ 1,199 trilhão do BGU 2017 é o apurado na avaliação atuarial de 2018, com data focal em 31/12/2017).

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Entende-se que o objetivo que norteou a constituição do Grupo de Trabalho foi plenamente atingido, permitindo efetivo aperfeiçoamento das metodologias de apuração do resultado financeiro e atuarial do RPPS da União.
- Destacam-se como fatores que contribuíram para esse resultado:
 - O profissionalismo e dedicação dos servidores públicos que participaram do Grupo, na condição de membros ou convidados.
 - A qualidade dos estudos técnicos produzidos pelos Subgrupos.
 - A capacidade do Grupo de promover a integração entre diferentes órgãos do Governo Federal.

MF - Ministério da Fazenda
SPREV - Secretaria de Previdência
STN - Secretaria do Tesouro Nacional

MP - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (convidado)